

SEC  
22-73-42



# ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

# DIÁRIO OFICIAL

SEÇÃO I - PARTE II  
DECRETO N.º 46.237. — DE 18 DE JUNHO DE 1959

ANO VIII — N.º 120

CAPITAL FEDERAL

SEGUNDA-FEIRA, 27 DE JUNHO DE 1966



## INSTITUTO BRASILEIRO DE REFORMA AGRÁRIA

PORTARIA N.º 178 DE 17 DE JUNHO DE 1966

O Presidente do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), no uso das atribuições que lhe confere a alínea "n" do artigo 34, do Regulamento Geral, aprovado pelo Decreto n.º 55.889, de 31 de março de 1965, e, tendo em vista o parágrafo único do artigo 1.º do Decreto n.º 56.794, de 27 de agosto de 1965, resolve:

Nomear Thilso Eckhardt Cabral para exercer o cargo, em comissão, de Chefe da Gerência do Fundo Nacional

## PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

de Reforma Agrária, dos Serviços Gerais de Finanças, atribuindo-lhe os vencimentos constantes da Deliberação n.º 19-66 da Diretoria Plena deste Instituto. — *Paulo de Assis Ribeiro* — Presidente.

PORTARIA N.º 156 DE 1 DE JUNHO DE 1966

O Presidente do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), no uso das atribuições que lhe confere a

alínea "n" do artigo 34, do Regulamento Geral, aprovado pelo Decreto n.º 55.889, de 31 de março de 1965, e, tendo em vista o parágrafo único do artigo 1.º do Decreto n.º 56.794, de 27 de agosto de 1965, resolve:

Nomear Joaquim Ribeiro Natal Filho para exercer o cargo, em comissão, de Chefe dos Serviços Gerais de Finanças, da Secretaria Executiva, atribuindo-lhe os vencimentos cons-

tantes da Deliberação n.º 19-66 da Diretoria Plena deste Instituto. — *Paulo de Assis Ribeiro*.

No processo n.º IBRA-GD-3.038-66, em que o Senhor Procurador-Geral da República solicita as necessárias providências no sentido de ser atendida a requisição dos Procuradores Alberto Frederico Soares Mello, Pedro Carlos Machado Peixoto e Vicente Landim de Macedo, de conformidade com que estabelece o art. 91 parágrafo 4.º, da Lei n.º 5.010, de 30 de maio de 1966, foi exarado o seguinte despacho, pelo Senhor Presidente do IBRA. "De acordo". — *Maria Helena Poças Fonseca* — Subst. do Resp. p-Subdivisão do Pessoal.

## INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

PORTARIAS DE 2 DE MAIO DE 1966

O Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, no uso de suas atribuições, em cumprimento ao despacho exarado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República na Exposição de Motivos n.º 971--B-GM, de 29-7-65, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, referente ao processo n.º 59.150-62 — MJNI, encaminhada a este Instituto pelo processo n.º 2.907-65, do Ministério Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais, e, ainda na forma do art. 217, da Lei n.º 1.711-52, resolve:

N.º 142 — Designar o Tenente-Coronel Ivan Lobo Mazza, do Estado-Maior do Exército, Gilberto Menezes Nascimento, Redator nível 19-A e Nelson Carvalho Palmeira, Contador nível 22-C, do Quadro de Pessoal da Administração Central do Conselho Nacional de Estatística, para, sob a presidência de primeiro, constituírem a Comissão de Inquérito encarregada de apurar as irregularidades nadas na aquisição do Computador Eletrônico e aparelhagem com ele relacionada objeto da sindicância realizada neste Instituto, de que trata o processo n.º 59.150-62-MJNI. — *Aguinaldo José Senna Campos*.

O Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, usando das suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo CNE número 4.349-66, resolve:

N.º 144 — Conceder exoneração, de acordo com o art. 75, item I, da Lei n.º 1.711, de 28 de outubro de 1952 e a partir de 16 de março de 1966, a Francisco Mário José Gial-Levra do cargo de nível 20-B da série de classes de Estatístico, do Quadro de Pessoal das Inspetorias Regionais, com

## COORDENAÇÃO DOS ORGANISMOS REGIONAIS

lotação na I. R. no Estado de São Paulo. — *Aguinaldo José Senna Campos*.

PORTARIAS DE 5 DE MAIO DE 1966

O Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, usando das suas atribuições, e tendo em vista o que consta no processo CNE número 4.108-66, resolve:

N.º 147 — Conceder exoneração, de acordo com o artigo 75, item I, da Lei n.º 1.711 de 28 de outubro de 1952 e a partir de 1 de abril de 1966, a José Pinto de Jesus do cargo de nível 14-C da série de classes de Agente de Estatística, do Quadro de Pessoal das Inspetorias Regionais do Conselho Nacional de Estatística, com lotação na I. R. no Estado de Minas Gerais.

O Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, usando das suas atribuições e tendo em vista o que consta no processo CNE número 2.751-66, resolve:

N.º 148 — Tornar sem efeito, de acordo com o art. 14 da Lei número 1.711, de 28 de outubro de 1952, a Portaria n.º 423, de 22 de outubro de 1963, que nomeou José Raimundo de Souza, para exercer o cargo de nível 10-A da série de classes de Agente de Estatística, do Quadro de Pessoal das Inspetorias Regionais, com lotação na I.R. no Estado do Acre. — *Aguinaldo José Senna Campos*.

PORTARIA DE 12 DE MAIO DE 1966

O Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, usando das suas atribuições, e tendo presentes as conclusões do Parecer da Consultoria Jurídica do Departamen-

to Administrativo do Serviço Público emitido no processo n.º 9.635-65, publicado no *Diário Oficial da União* — (Seção I — Parte I), de 8 de dezembro de 1965, resolve:

N.º 151 — Tornar sem efeito, por falta de exercício no prazo legal, a Portaria n.º 273, de 3 de setembro de 1965, do Senhor Presidente do Instituto que nomeou José Edelberto Sanches, para exercer o cargo da classe A, nível 10, da série de classes de Agente de Estatística, do Quadro de Pessoal das Inspetorias Regionais, do Conselho Nacional de Estatística, com lotação na IR no Estado de Minas Gerais. — *Aguinaldo José de Senna Campos*.

PORTARIAS DE 26 DE MAIO DE 1966

O Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, usando das suas atribuições, resolve:

N.º 157 — Tornar sem efeito, de acordo com o artigo 14 da Lei número 1.711, de 28 de outubro de 1952, a Portaria n.º 332, de 3 de setembro de 1965, que nomeou Nabor Bettgega, para exercer o cargo de nível 10-A, da série de classes de Agente de Estatística, do Quadro de Pessoal das Inspetorias Regionais do Conselho Nacional de Estatística, com lotação na IR no Estado do Paraná.

N.º 158 — Tornar sem efeito, de acordo com o artigo 14 da Lei número 1.711, de 28 de outubro de 1952, a Portaria n.º 331, de 3 de setembro de 1965, que nomeou Cecel Lauriano Leme, para exercer o cargo de nível 10-A da série de classes de Agente de Estatística, do Quadro de Pessoal das Inspetorias Regionais do Conselho Nacional de Estatística, com lotação na IR no Estado do Paraná.

N.º 159 — Tornar sem efeito, de acordo com o artigo 14 da Lei número 1.711, de 28 de outubro de 1952, a Portaria n.º 290, de 3 de setembro de 1965, que nomeou Luiz Fernando Barbosa Moreira, para exercer o cargo da classe A da série de classes de Agente de Estatística, nível 10, do Quadro de Pessoal das Inspetorias Regionais do Conselho Nacional de Estatística, com lotação na IR no Estado do Rio de Janeiro.

N.º 160 — Tornar sem efeito, de acordo com o artigo 14 da Lei número 1.711, de 28 de outubro de 1952, a Portaria n.º 278, de 3 de setembro de 1965 que nomeou Elviro Gomes de Mello para exercer o cargo da classe A da série de classes de Agente de Estatística, nível 10, do Quadro de Pessoal das Inspetorias Regionais, do Conselho Nacional de Estatística, com lotação na IR no Estado de Minas Gerais.

N.º 161 — Tornar sem efeito, de acordo com o artigo 14 da Lei número 1.711, de 28 de outubro de 1952, a Portaria n.º 353, de 3 de setembro de 1965, que nomeou Octávio Marcelino Maciel, para exercer o cargo da classe A da série de classes de Agente de Estatística, nível 10, do Quadro de Pessoal das Inspetorias Regionais do Conselho Nacional de Estatística, com lotação na II: no Estado do Pará.

N.º 162 — Tornar sem efeito, de acordo com o artigo 14 da Lei número 1.711, de 28 de outubro de 1952, a Portaria n.º 354, de 3 de setembro de 1965, que nomeou Eduardo José Pereira de Matos, para exercer o cargo da classe A da série de classes de Agente de Estatística, nível 10, do Quadro de Pessoal das Inspetorias Regionais do Conselho Nacional de Estatística, com lotação na IR no Estado do Ceará.

N.º 163 — Tornar sem efeito, de acordo com o artigo 14 da Lei número 1.711, de 28 de outubro de 1952, a Portaria n.º 358, de 3 de setembro

— As *Relações Públicas* deverão remeter o expediente destinado à publicação nos jornais, diariamente, até às 15 horas, exceto aos sábados.

— As reclamações pertinentes à matéria retribuída, nos casos de erros ou omissões, deverão ser formuladas por escrito, à Seção de Redação, das 9 às 17,30 horas, no máximo até 72 horas após a saída dos órgãos oficiais.

— Os originais deverão ser dactilografados e autenticados, ressalvadas, por quem de direito, rasuras e emendas.

— Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poderão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— As assinaturas vencidas poderão ser suspensas sem aviso prévio.

Para facilitar aos assinantes a verificação do prazo de validade de suas assinaturas, na

# EXPEDIENTE

## DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL  
ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES  
MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO  
FLORIANO GUIMARÃES

### DIÁRIO OFICIAL

SEÇÃO I — PARTE II

Órgão destinado à publicação dos atos da administração descentralizada

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional  
BRASÍLIA

#### ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES	FUNCIONÁRIOS
Capital e Interior:	Capital e Interior:
Semestre . . . Cr\$ 6.000	Semestre . . . Cr\$ 4.500
Ano . . . . . Cr\$ 12.000	Ano . . . . . Cr\$ 9.000
Exterior:	Exterior:
Ano . . . . . Cr\$ 13.000	Ano . . . . . Cr\$ 10.000

parte superior do endereço vão impressos o número do talão de registro, o mês e o ano em que findará.

A fim de evitar solução de

continuidade no recebimento dos jornais, devem os assinantes providenciar a respectiva renovação com antecedência mínima, de trinta (30) dias.

— As *Relações Públicas* cingir-se-ão às assinaturas anuais renovadas até 28 de fevereiro de cada ano e às iniciadas, em qualquer época, pelos órgãos competentes.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos usem os interessados preferencialmente cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais só se fornecerão aos assinantes que os solicitarem no ato da assinatura.

— O funcionário público federal, para fazer jus ao desconto indicado, deverá provar esta condição no ato da assinatura.

— O custo de cada exemplar atrasado dos órgãos oficiais será, na venda avulsa, acrescido de Cr\$ 5 se do mesmo ano, e de Cr\$ 10 por ano decorrido.

de 1955, que nomeou Donizete Fernando Moreira, para exercer o cargo da classe A da série de classes de Agente de Estatística, nível 10, do Quadro de Pessoal das Inspetorias Regionais do Conselho Nacional de Estatística, com lotação na IR no Estado do Ceará.

Nº 164 — Tornar sem efeito, de acordo com o artigo 14 da Lei número 1.711, de 28 de outubro de 1952, a Portaria número 362, de 3 de setembro de 1965, que nomeou José Carlos de Saboia, para exercer o cargo de Agente de Estatística, nível 10, do Quadro de Pessoal das Inspetorias Regionais do Conselho Nacional de Estatística, com lotação na IR no Estado do Ceará.

Nº 165 — Tornar sem efeito, de acordo com o artigo 14 da Lei número 1.711, de 28 de outubro de 1952, a Portaria número 360, de 3 de setembro de 1965, que nomeou José Djandir Costa, para exercer o cargo de Agente de Estatística, nível 10, do Quadro de Pessoal das Inspetorias Regionais do Conselho Nacional de Estatística, com lotação na IR no Estado do Ceará.

Nº 166 — Tornar sem efeito, de acordo com o artigo 14 da Lei número 1.711, de 28 de outubro de 1952, a Portaria número 359, de 3 de setembro de 1965, que nomeou José Roque Filho, para exercer o cargo da classe A da série de classes de Agente de Estatística, nível 10, do Quadro de Pessoal das Inspetorias Regionais do Conselho Nacional de Estatística, com lotação na IR no Estado do Ceará.

Nº 167 — Tornar sem efeito, de acordo com o artigo 14 da Lei número 1.711, de 28 de outubro de 1952, a Portaria número 358, de 3 de setembro de 1965, que nomeou Wellington Sampaio de Albuquerque, para exercer o cargo da classe A da série de classes de Agente de Estatística, nível 10, do Quadro de Pessoal das Inspetorias Regionais do Conselho Nacional de Estatística, com lotação na IR no Estado do Ceará.

Nº 168 — Tornar sem efeito, de acordo com o artigo 14 da Lei número 1.711, de 28 de outubro de 1952, a Portaria número 365, de 3 de setembro de 1965, que nomeou José de Ribamar Araújo, para exercer o cargo de nível 10-A da série de classes de Agente de Estatística, do Quadro de Pessoal das Inspetorias Regionais, com lotação na IR no Estado do Maranhão.

Nº 169 — Tornar sem efeito, de acordo com o artigo 14 da Lei número 1.711, de 28 de outubro de 1952, a Portaria número 366, de 3 de setembro de 1965, que nomeou Inácio Ramos Sobrinho, para exercer o cargo de nível 10-A da série de classes de Agente de Estatística, do Quadro de Pessoal das Inspetorias Regionais do Conselho Nacional de Estatística, com lotação na IR no Estado do Rio Grande do Norte.

Nº 170 — Tornar sem efeito, de acordo com o artigo 14 da Lei número 1.711, de 28 de outubro de 1952, a Portaria número 368, de 3 de setembro de 1965, que nomeou Itamar Hermogenes da Cunha, para exercer o cargo de nível 10-A, da série de classes de Agente de Estatística, do Quadro de Pessoal das Inspetorias Regionais do Conselho Nacional de Estatística, com lotação na IR no Estado do Rio Grande do Norte.

Nº 171 — Tornar sem efeito, de acordo com o artigo 14 da Lei número 1.711, de 28 de outubro de 1952, a Portaria número 367, de 3 de setembro de 1965, que nomeou Pedro Airton de Lima, para exercer o cargo de nível 10-A da série de classes de Agente de Estatística, do Quadro de Pessoal das Inspetorias Regionais do Conselho Nacional de Estatística, com lotação na IR no Estado do Rio Grande do Norte.

Nº 172 — Tornar sem efeito, de acordo com o artigo 14 da Lei número 1.711, de 28 de outubro de 1952, a Portaria número 370, de 3 de setembro de 1965, que nomeou Orlando Artur da Nóbrega, para exercer o cargo de nível 10-A da série de classes de Agente de Estatística, do Qua-

dro de Pessoal das Inspetorias Regionais do Conselho Nacional de Estatística, com lotação na IR no Estado da Paraíba.

Nº 173 — Tornar sem efeito, de acordo com o artigo 14 da Lei número 1.711, de 28 de outubro de 1952, a Portaria número 251, de 3 de setembro de 1965, que nomeou Everaldo Alves da Silva, para exercer o cargo de nível 10-A da série de classes de Agente de Estatística do Quadro de Pessoal das Inspetorias Regionais do Conselho Nacional de Estatística, com lotação na IR no Estado de Pernambuco.

Nº 174 — Tornar sem efeito, de acordo com o artigo 14 da Lei número 1.711, de 28 de outubro de 1952, a Portaria número 250, de 3 de setembro de 1965, que nomeou Ivanildo Tavares Sena, para exercer o cargo de nível 10-A da série de classes de Agente de Estatística do Quadro de Pessoal das Inspetorias Regionais do Conselho Nacional de Estatística, com lotação na IR no Estado de Pernambuco.

Nº 175 — Tornar sem efeito, de acordo com o artigo 14 da Lei número 1.711, de 28 de outubro de 1952, a Portaria número 252, de 3 de setembro de 1965, que nomeou Cleofas de Moura Rizzo, para exercer o cargo de nível 10-A da série de classes de Agente de Estatística do Quadro de Pessoal das Inspetorias Regionais, com lotação na IR no Estado de Alagoas.

Nº 176 — Tornar sem efeito, de acordo com o artigo 14 da Lei número 1.711, de 28 de outubro de 1952, a Portaria número 259, de 3 de setembro de 1965, que nomeou Marcello Dias Barcelar, para exercer o cargo de nível 10-A da série de classes de Agente de Estatística, do Quadro de Pessoal das Inspetorias Regionais, com lotação na IR no Estado da Bahia.

Nº 177 — Tornar sem efeito, de acordo com o artigo 14 da Lei número 1.711, de 28 de outubro de 1952, a Portaria número 264, de 3 de setembro de 1965, que nomeou Antônio

Nogueira Vaz de Melo, para exercer o cargo de nível 10-A da série de classes de Agente de Estatística do Quadro de Pessoal das Inspetorias Regionais do Conselho Nacional de Estatística, com lotação na IR no Estado de Minas Gerais.

Nº 178 — Tornar sem efeito, de acordo com o artigo 14 da Lei número 1.711, de 28 de outubro de 1952, a Portaria número 270, de 3 de setembro de 1965, que nomeou Custódio Borba da Silva, para exercer o cargo de nível 10-A da série de classes de Agente de Estatística do Quadro de Pessoal das Inspetorias Regionais do Conselho Nacional de Estatística, com lotação na IR no Estado de Minas Gerais.

Nº 179 — Tornar sem efeito, de acordo com o artigo 14 da Lei número 1.711, de 28 de outubro de 1952, a Portaria número 268, de 3 de setembro de 1965, que nomeou José Antônio Damasceno, para exercer o cargo de nível 10-A da série de classes de Agente de Estatística do Quadro de Pessoal das Inspetorias Regionais do Conselho Nacional de Estatística, com lotação na IR no Estado de Minas Gerais.

Nº 180 — Tornar sem efeito, de acordo com o artigo 14 da Lei número 1.711, de 28 de outubro de 1952, a Portaria número 260, de 3 de setembro de 1965, que nomeou Magnus Augusto Pawlowski, para exercer o cargo de nível 10-A da série de classes de Agente de Estatística do Quadro de Pessoal das Inspetorias Regionais do Conselho Nacional de Estatística, com lotação na IR no Estado de Minas Gerais.

Nº 181 — Tornar sem efeito, de acordo com o artigo 14 da Lei número 1.711, de 28 de outubro de 1952, a Portaria número 285, de 3 de setembro de 1965, que nomeou Marcello Toledo Machado, para exercer o cargo de nível 10-A da série de classes de Agente de Estatística do Quadro de Pessoal das Inspetorias Regionais do Conselho Nacional de Estatística, com lotação na IR no Estado do Espírito Santo.

Nº 182 — Tornar sem efeito, de acôrdo com o artigo 14 da Lei número 1.711, de 28 de outubro de 1952, a Portaria nº 286, de 3 de setembro de 1965, que nomeou Amadeu dos Santos Filho, para exercer o cargo de nível 10-A, da série de classes de Agente de Estatística do Quadro de Pessoal das Inspetorias Regionais do Conselho Nacional de Estatística, com lotação no IR no Estado do Espírito Santo.

Nº 183 — Tornar sem efeito, de acôrdo com o artigo 14 da Lei número 1.711, de 28 de outubro de 1952, a Portaria nº 287, de 3 de setembro de 1965, que nomeou Marcelino Eugênio Pittol, para exercer o cargo de nível 10-A, da série de classes de Agente de Estatística do Quadro de Pessoal das Inspetorias Regionais do Conselho Nacional de Estatística, com lotação Nacional de Estado do Espírito Santo.

Nº 184 — Tornar sem efeito, de acôrdo com o artigo 14 da Lei número 1.711, de 28 de outubro de 1952, a Portaria nº 291, de 3 de setembro de 1965, que nomeou José Maria Tamá da Cunha, para exercer o cargo de nível 10-A da série de classes de Agente de Estatística, do Quadro de Pessoal das Inspetorias Regionais, do Conselho Nacional de Estatística, com lotação na IR no Estado do Rio de Janeiro.

Nº 185 — Tornar sem efeito, de acôrdo com o artigo 14 da Lei número 1.711, de 28 de outubro de 1952, a Portaria nº 293, de 3 de setembro de 1965, que nomeou Roberto Adolfo Tunil, para exercer o cargo de nível 10-A da série de classes de Agente de Estatística, do Quadro de Pessoal das Inspetorias Regionais, do Conselho Nacional de Estatística, com lotação na IR no Estado do Rio de Janeiro.

Nº 186 — Tornar sem efeito, de acôrdo com o artigo 14 da Lei número 1.711, de 28 de outubro de 1952, a Portaria nº 323, de 3 de setembro de 1965, que nomeou Cayetano de Marcos, para exercer o cargo de nível 10-A, da série de classes de Agente de Estatística, do Quadro de Pessoal das Inspetorias Regionais do Conselho Nacional de Estatística, com lotação na IR no Estado de São Paulo.

Nº 187 — Tornar sem efeito, de acôrdo com o artigo 14 da Lei número 1.711, de 28 de outubro de 1952, a Portaria nº 325, de 3 de setembro de 1965, que nomeou Benedito de Souza, para exercer o cargo de nível 10-A da série de classes de Agente de Estatística, do Quadro de Pessoal das Inspetorias Regionais do Conselho Nacional de Estatística, com lotação na IR no Estado de São Paulo.

Nº 188 — Tornar sem efeito, de acôrdo com o artigo 14 da Lei número 1.711, de 28 de outubro de 1952, a Portaria nº 315, de 3 de setembro de 1965, que nomeou Edie Andreoto, para exercer o cargo de nível 10-A da série de classes de Agente de Estatística do Quadro de Pessoal das Inspetorias Regionais do Conselho Nacional de Estatística, com lotação na IR no Estado de São Paulo.

Nº 189 — Tornar sem efeito, de acôrdo com o artigo 14 da Lei número 1.711, de 28 de outubro de 1952, a Portaria nº 318, de 3 de setembro de 1965, que nomeou Felix Jurandir de Lima, para exercer o cargo de nível 10-A da série de classes de Agente de Estatística, do Quadro de Pessoal das Inspetorias Regionais do Conselho Nacional de Estatística, com lotação na IR no Estado de São Paulo.

Nº 190 — Tornar sem efeito, de acôrdo com o artigo 14 da Lei número 1.711, de 28 de outubro de

1952, a Portaria nº 311, de 3 de setembro de 1965, que nomeou José Aparecido Benab, para exercer o cargo de nível 10-A da série de classes de Agente de Estatística, do Quadro de Pessoal das Inspetorias Regionais do Conselho Nacional de Estatística, com lotação na IR no Estado de São Paulo.

Nº 191 — Tornar sem efeito, de acôrdo com o artigo 14 da Lei número 1.711, de 28 de outubro de 1952, a Portaria nº 307, de 3 de setembro de 1965, que nomeou José Carlos Galvão, para exercer o cargo de nível 10-A da série de classes de Agente de Estatística, do Quadro de Pessoal das Inspetorias Regionais do Conselho Nacional de Estatística, com lotação na IR no Estado de São Paulo.

Nº 192 — Tornar sem efeito, de acôrdo com o artigo 14 da Lei número 1.711, de 28 de outubro de 1952, a Portaria nº 308, de 3 de setembro de 1965, que nomeou Orman

Bennone Ferrarezi, para exercer o cargo de nível 10-A da série de classes de Agente de Estatística, do Quadro de Pessoal das Inspetorias Regionais do Conselho Nacional de Estatística, com lotação na IR no Estado de São Paulo.

Nº 193 — Tornar sem efeito, de acôrdo com o artigo 14 da Lei número 1.711, de 28 de outubro de 1952, a Portaria nº 310, de 3 de setembro de 1965, que nomeou Romeu Alves Pereira, para exercer o cargo de nível 10-A da série de classes de Agente de Estatística, do Quadro de Pessoal das Inspetorias Regionais do Conselho Nacional de Estatística, com lotação na IR no Estado de São Paulo.

Nº 194 — Tornar sem efeito, de acôrdo com o artigo 14 da Lei número 1.711, de 28 de outubro de 1952, a Portaria nº 316, de 3 de setembro de 1965, que nomeou Valtér Aparecido Parisi, para exercer o cargo de nível 10-A da série de classes de Agente de Estatística, do Qua-

dro de Pessoal das Inspetorias Regionais do Conselho Nacional de Estatística, com lotação na IR no Estado de São Paulo.

Nº 195 — Tornar sem efeito, de acôrdo com o artigo 14 da Lei número 1.711, de 28 de outubro de 1952, a Portaria nº 334, de 3 de setembro de 1965, que nomeou Oscar Wendi Baer, para exercer o cargo de nível 10-A da série de classes de Agente de Estatística, do Quadro de Pessoal das Inspetorias Regionais, com lotação na IR no Estado do Paraná.

Nº 196 — Tornar sem efeito, de acôrdo com o artigo 14 da Lei número 1.711, de 28 de outubro de 1952, a Portaria nº 347, de 3 de setembro de 1965, que nomeou Adonir Jesus de Lima Gargioni, para exercer o cargo de nível 10-A da série de classes de Agente de Estatística, do Quadro de Pessoal das Inspetorias Regionais do Conselho Nacional de Estatística, com lotação na IR no Estado do Rio Grande do Sul.

Nº 197 — Tornar sem efeito, de acôrdo com o artigo 14 da Lei número 1.711, de 28 de outubro de 1952, a Portaria nº 343, de 3 de setembro de 1965, que nomeou Dalton Gonçalves de Barros, para exercer o cargo de nível 10-A da série de classes de Agente de Estatística, do Quadro de Pessoal das Inspetorias Regionais do Conselho Nacional de Estatística, com lotação na IR no Estado do Rio Grande do Sul.

Nº 198 — Tornar sem efeito, de acôrdo com o artigo 14 da Lei número 1.711, de 28 de outubro de 1952, a Portaria nº 345, de 3 de setembro de 1965, que nomeou Danilo Rabenschlag, para exercer o cargo de nível 10-A da série de classes de Agente de Estatística, do Quadro de Pessoal das Inspetorias Regionais do Conselho Nacional de Estatística, com lotação na IR no Estado do Rio Grande do Sul.

Nº 199 — Tornar sem efeito, de acôrdo com o artigo 14 da Lei número 1.711, de 28 de outubro de 1952, a Portaria nº 349, de 3 de setembro de 1965, que nomeou Egidio Pedro Caletti, para exercer o cargo de nível 10-A da série de classes de Agente de Estatística, do Quadro de Pessoal das Inspetorias Regionais do Conselho Nacional de Estatística, com lotação na IR no Estado do Rio Grande do Sul.

Nº 200 — Tornar sem efeito, de acôrdo com o artigo 14 da Lei número 1.711, de 28 de outubro de 1952, a Portaria nº 351, de 3 de setembro de 1965, que nomeou Pedro Both, para exercer o cargo de nível 10-A da série de classes de Agente de Estatística do Quadro de Pessoal das Inspetorias Regionais do Conselho Nacional de Estatística, com lotação na IR no Estado do Rio Grande do Sul.

Nº 201 — Tornar sem efeito, de acôrdo com o artigo 14 da Lei número 1.711, de 28 de outubro de 1952, a Portaria nº 350, de 3 de setembro de 1965, que nomeou Roberto Luiz Machado, para exercer o cargo de nível 10-A da série de classes de Agente de Estatística, do Quadro de Pessoal das Inspetorias Regionais, do Conselho Nacional de Estatística, com lotação na IR no Estado do Rio Grande do Sul.

Nº 202 — Tornar sem efeito, de acôrdo com o artigo 14 da Lei número 1.711, de 28 de outubro de 1952, a Portaria nº 314, de 3 de setembro de 1965, que nomeou Wilson Volei da Silva, para exercer o cargo de nível 10-A da série de classes de Agente de Estatística, do Quadro de Pessoal das Inspetorias Regionais do Conselho Nacional de Estatística, com lotação na IR no Estado do Rio Grande do Sul.

## COLEÇÃO DAS LEIS 1965

- Volume I — Atos do Poder Legislativo  
Leis de Janeiro a março  
DIVULGAÇÃO Nº 937  
PREÇO: Cr\$ 900
- Volume II — Atos do Poder Executivo  
Decretos de Janeiro a março  
DIVULGAÇÃO Nº 938  
PREÇO: Cr\$ 6.200
- Volume III — Atos do Poder Legislativo  
Leis de abril a junho  
DIVULGAÇÃO Nº 943  
PREÇO: Cr\$ 1.700
- Volume IV — Atos do Poder Executivo  
Decretos de abril a junho  
DIVULGAÇÃO Nº 944  
PREÇO: Cr\$ 5.200
- Volume V — Atos do Poder Legislativo  
Leis de julho a setembro  
DIVULGAÇÃO Nº 952  
PREÇO: Cr\$ 2.200
- Volume VI — Atos do Poder Executivo  
Decretos de julho a setembro  
DIVULGAÇÃO Nº 953  
PREÇO: Cr\$ 6.000
- Volume VII — Atos do Poder Legislativo  
Leis de outubro a dezembro  
DIVULGAÇÃO Nº 957  
PREÇO: Cr\$ 4.000
- Volume VIII — Atos do Poder Executivo  
Decretos de outubro a dezembro  
DIVULGAÇÃO Nº 958  
PREÇO: Cr\$ 6.500

A VENDA:  
Na Guanabara

Seção de Vendas: Av. Rodrigues Alves, 1  
Agência I: Ministério da Fazenda  
Atende-se a pedidos pelo Serviço de Reembolso Postal

Em Brasília  
Na sede do D.I.N.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL  
DO RIO DE JANEIRO

## Relação nº 23

## Atos do Presidente

## Provimento e vacância:

Portaria nº 248, de 19-5-66 — Designa a Técnica de Economia Popular nível 18-B Ignez Rodrigues Costa, matrícula nº 1.705, para exercer as funções de Oficial de Gabinete da Carteira de Hipotecas.

Portaria nº 278, de 31-5-66 — Divulga a aposentadoria por tempo de serviço, concedida pelo Serviço de Assistência e Seguro Social dos Econômicos, a partir de 18 de maio de 1966, do Tesoureiro símbolo 3-C Jo-

## MINISTÉRIO DA FAZENDA

quim Carneiro de Lacerda, matrícula nº 394.

## RELAÇÃO Nº 24

## Atos do Presidente

## Provimento e vacância:

Portaria nº 280, de 6-6-66 — Divulga a aposentadoria por tempo de serviço, concedida pelo Serviço de Assistência e Seguro Social dos Econômicos, a partir de 1º de junho de 1966, do servidor agregado ao Quadro de Pessoal, com os vencimentos do símbolo 2-C Murillo Ferreira, matrícula nº 280.

Portaria nº 284, de 8-6-66 — Divulga a aposentadoria por tempo de

serviço, concedida pelo Serviço de Assistência e Seguro Social dos Econômicos, a partir de 30 de maio de 1966, do Chefe de Seção símbolo 3-C Carlos Cunha, matrícula nº 161.

Portaria nº 289, de 10-6-66 — Divulga a aposentadoria por tempo de serviço, concedida pelo Serviço de Assistência e Seguro Social dos Econômicos, a partir de 4-5-66, do servidor José Beltrão Vilela, matrícula número 1.648, Agregado ao Quadro de Pessoal com o vencimento de símbolo 3-C, exonerando-o, em consequência, do cargo de Chefe de Seção de Penhões Civis da Carteira de Penhões.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL  
DE BRASÍLIAVENDA DE APARTAMENTOS —  
RESULTADO DA AVALIAÇÃO

O resultado da avaliação dos apartamentos de propriedade da Caixa Econômica Federal de Brasília, situados no Bloco 9 da SQD-413-14-Sul, desta Capital, para os fins do § 1º do art. 2º do Decreto nº 56.793, de 27 de agosto de 1965, em cumprimento à Resolução do Egrégio C.A. na sessão de 2. de dezembro de 1965, foi o seguinte:

Quartos — Área — Valor — U/m<sup>2</sup>  
3 — 126,66 — Cr\$ 15.512.193 — 120.491  
Fachada — Para o SCL-SUL. —  
Valdivio Brandão Fischer, Presidente.

## LLOYD BRASILEIRO

PORTARIA DE 7 DE JUNHO  
DE 1966

O Diretor do Lloyd Brasileiro, Patrimônio Nacional, no uso das atribuições que lhe confere o art. 2º, alínea b, do Decreto-lei nº 9.339, de 10 de junho de 1946, resolve:

Nº 272 — Designar os servidores: Dr. Gilberto Possoni, mat. 19.499, Agente em Santos; Dr. Antonio Castri de Aquino, mat. nº 19.180, Procurador e Raymundo Mota Dantas, Conferente de Carga, mat. 1.376, para, sob a presidência do primeiro, constituírem a Comissão de Inquérito incumbida de apurar as irregularidades havidas quando do fornecimento de madeiras e esteiras aos navios desta Autarquia no porto de Santos. — Leonidas Castello da Costa, Diretor.

PORTARIAS DE 3 DE JUNHO  
DE 1966

O Diretor do Lloyd Brasileiro, Patrimônio Nacional, no uso das atribuições que lhe confere o art. 2º, alínea b do Decreto-lei nº 9.339, de 10 de junho de 1946, e tendo em vista a indicação do Senhor Chefe dos Estaleiros, aprovada pelo Senhor Superintendente Técnico e o Parecer número 642-66, de 26.5.66 da Procuradoria, e considerando que as oficinas necessitam de assistência permanente de servidores capazes para o desempenho de funções técnico-administrativas; Considerando que não se pode deixar um número elevado de Operários sem assistência imediata de um responsável diretor, resolve:

Nº 276 — Designar para responder, em caráter temporário, pelas atribuições de Mestre de Usina e Encarregado de Oficina os servidores abaixo mencionados:

## Oxiacetileno:

## Mestre:

Raul Francisco Coelho, matrícula nº 9.457.

Velame:  
Encarregado.

Francisco Gueles dos Santos — matrícula nº 17.613.

O Diretor do Lloyd Brasileiro, Patrimônio Nacional, no uso das atribuições que lhe confere o art. 2º, alínea "b" do Decreto-lei nº 9.339 de 10 de junho de 1946, resolve:

Nº 277 — Atender ao solicitado pela Comissão de Inquérito designada pela Portaria nº 127-66, publicada no Boletim 48-1, de 1-4-66, prorrogando por trinta (30) dias, na firma do artigo 220, parágrafo único, da Lei 1.711

MINISTÉRIO DA VIAÇÃO  
E OBRAS PÚBLICAS

de 1952, o prazo para a conclusão dos trabalhos da referida comissão. — Leonidas Castello da Costa, Diretor.

PORTARIA DE 6 DE JUNHO  
DE 1966

O Diretor do Lloyd Brasileiro, Patrimônio Nacional, no uso das atribuições que lhe confere o art. 2º alínea "b" do Decreto-lei nº 9.339 de 10 de junho de 1946, e em aditamento a Portaria nº 274-66, publicada no Boletim nº 102 item 2, de 31-5-66, resolve:

Nº 278 — a) Conceder aposentadoria, nos termos da Lei 1.162-50, de acordo com o art. 184-III da Lei 1.711 de 28 de outubro de 1952, ao servidor Gualther Galoulkydio, Tesoureiro Auxiliar, mat. nº 327, a partir de 31-5-66 — Proc. 13.97266;

b) conceder aposentadoria, nos termos da Lei 1.162-50, de acordo com os arts. 176-II e 184-II e parágrafo 2º do art. 78, da Lei 1.711-52, ao servidor Octávio Sodré Filho, Técnico de Administração em Transporte Marítimo, mat. 6.612, a partir de 31-5-66. — Processo 12.419-66. — Leonidas Castello da Costa, Diretor.

PORTARIAS DE 7 DE JUNHO  
DE 1966

O Diretor do Lloyd Brasileiro, Patrimônio Nacional, no uso das atribuições que lhe confere o art. 2º, alínea "b" do Decreto-lei nº 9.339 de 10 de junho de 1946, e tendo em vista que a Comissão de Inquérito designada pela Portaria nº 55-66, publicada no Boletim nº 25-7, de 7-2-66, não pode concluir os seus trabalhos no prazo legal pelas razões que invocou na forma do art. 218 e parágrafo único do artigo 220 da Lei 1.711-52 e na forma do entendimento firmado na Exposição de Motivos nº 352, de 4 de março de 1952, publicada no Diário Oficial, Seção I, de 21 do mesmo mês e ano do Departamento Administrativo do Serviço Público, resolve:

Nº 279 — Considerar dissolvida a referida Comissão e designar nova composta dos servidores Herryberth Hoffmann, Comandante mat. 5.914, Almir do Rêgo Medeiros, Técnico de Administração em Transporte Marítimo, mat. 9.557 e Simão Warnin, Conferente de Carga, mat. 17.898, para, sob a presidência do primeiro, prosseguir os trabalhos da referida Comissão.

O Diretor do Lloyd Brasileiro, Patrimônio Nacional, no uso das atribuições que lhe confere o art. 2º, alínea "b" do Decreto-lei nº 9.339 de 10 de junho de 1946, resolve:

Nº 280 — Designar — O servidor Estacado Marques Gaspar, mat. 23.340 para responder pelas atribuições atinentes a função gratificada de Auxiliar do Chefe do Serviço de Contabilidade Orçamento e Prestação de Contas, durante o impedimento do servidor Joaquim Nilton Nogueira, matrícula 23.160, por motivo de férias. — Leonidas Castello da Costa, Diretor.

PORTARIAS DE 8 DE JUNHO  
DE 1966

O Diretor do Lloyd Brasileiro, Patrimônio Nacional, no uso das atribuições que lhe confere o art. 2º alínea "b" do Decreto-lei nº 9.339 de 10 de junho de 1965, resolve:

Nº 281 — Aposentar, nos termos da Lei 1.162-50, de acordo com os artigos 176-III e 178-III da Lei 1.711-52, a partir de 22-10-65, o servidor Virgílio Cândido Ferreira, Técnico de Administração em Transporte Marítimo, mat. nº 6.257.

Nº 282 — Designar — O Servidor Carlos Frederico Sayão, matrícula número 19.528, para responder pelas atribuições atinentes ao cargo, de provimento em comissão, de Chefe do Escritório dos Estaleiros.

Nº 283 — Designar os servidores: Flávio Fernandes Vieira, Tesoureiro-Auxiliar, mat. 6.018; Antônio Hermes da Silva, Técnico de Administração em Transportes Marítimos, mat. 8.346 e Heider Grellas Aché Cordeiro, Oficial de Administração, mat. 23.837, para, sob a presidência do primeiro, constituírem a Comissão de Inquérito incumbida de apurar as causas do abandono de cargo do servidor Enéas Vieira dos Santos, mat. 4.423, operário da oficina da caldeiraria de ferro, que sem motivo justificado, vem faltando ao serviço há mais de trinta dias.

Nº 284 — a) Tendo em vista os termos do ofício nº 7, de 8 do corrente, do Sr. Presidente da Comissão de Inquérito de que trata a Portaria número 224, de 28-6-65, publicado no Boletim 120, item 1, de 29-6-1965, considerar dissolvidos os trabalhos desta Comissão; em virtude de ter se esgotado o prazo regulamentar para a conclusão do mesmo.

b) Designar nova comissão composta dos servidores Herryberth Hofmann Comandante, mat. 5.914; Pedro Salles Perdigão, Técnico de Administração em Transportes Marítimos, mat. 11.737 e Mário Aguiar Cumeira, Técnico de Administração em Transportes Marítimos, mat. 13.385, para, sob a presidência do

primeiro, prosseguir os trabalhos da referida Comissão.

O Diretor do Lloyd Brasileiro, Patrimônio Nacional, no uso das atribuições que lhe confere o art. 2º, alínea "b", do Decreto-lei nº 9.339, de 10 de junho de 1946, resolve:

Nº 285 — Designar os servidores Cesar Taveira Filho, Tesoureiro-Auxiliar mat. 819; Hélio Ribeiro de Mello, Contador, mat. 19.961 Celso Ribeiro Marques, Conferente do Cargo, mat. 18.682, para, sob a presidência do primeiro, constituírem a Comissão de Inquérito incumbida de apurar a falta praticada pelo servidor Agenor Barbosa dos Reis mat. 23.294, trabalhador do Almoxarifado da Ilha do Mocangue, tendo em vista os termos da Comunicação 147-66 de 18-5-66, do Serviço de Vigilância Interna.

O Diretor do Lloyd Brasileiro, Patrimônio Nacional, no uso das atribuições que lhe confere o art. 2º, alínea "b", do Decreto-lei nº 9.339, de 10 de junho de 1946, e tendo em vista que a Comissão de Inquérito designada pelas Portarias ns. 64 e 130, de 5-2 e 15 de março de 1966 (Boletins 28 a 50, itens 6 e 1, de 10-2 o 16-3-66), respectivamente, não pode concluir os seus trabalhos no prazo legal pelas razões que invocou, na forma do art. 218 e parágrafo único do art. 220, da Lei nº 1.711-52 e na forma do entendimento firmado na Exposição de Motivos nº 352 de 4 de março de 1952, publicada no Diário Oficial, Seção I de 21 do mesmo mês e ano, Departamento Administrativo do Serviço Público, resolve:

Nº 286 — Considerar dissolvida a referida Comissão e designar nova, composta dos servidores Dr. Acylino Pessoa da Silveira Filho, Procurador-Geral, mat. 8.955, Leonardo Ferreira da Silva, Técnico de Administração e Transportes Marítimos, mat. 19.952 e Pedro Pereira dos Santos, oficial de Administração, mat. 21.764, para, sob a presidência do primeiro, prosseguir os trabalhos da referida Comissão

COMPANHIA NACIONAL  
DE NAVEGAÇÃO COSTEIRA

O Interventor na Companhia Nacional de Navegação Costeira, Autarquia Federal, usando das atribuições que lhe conferem o Decreto-Lei número 9.618, de 21 de agosto de 1946 e o Decreto nº 55.159, de 4.12.64, baixa as seguintes portarias:

Nº 93, de 15.4.66 — Resolve desligar do quadro de servidores desta Autarquia o Técnico de Administração em Transporte Marítimo, sediado em Pôrto Alegre, com o Cargo em-Comissão de Inspetor de Agên-



cias Ruy França Junior, que foi aposentado nos termos da Lei número 1.182-50, combinada com a de número 1.711, de 28 de outubro de 1952 (artigos 176, item II e 184, item III).

Nº 94, de 15.4.66 — Atendendo o que requereu a camareira contratada Alice Alves Cavalcanti. Processo número 3.266-66, assistida por seu Sindicato de Classe, resolve rescindir o contrato de trabalho da referida camareira a partir de 18 de março de 1966.

Nº 95, de 15.4.66 — Atendendo o que requereu o 3º Comissário, contratado, Geraldo Rodrigues da Silva Junior, processo nº 3.668-66, assistido por seu Sindicato de Classe.

Resolve rescindir o contrato de trabalho do mencionado comissário.

Nº 96, de 15.4.66 — Resolve rescindir o contrato de trabalho firmado entre esta Autarquia e a camareira Zely Campos.

Nº 97, de 20.4.66 — Tendo em vista as conclusões a que chegou a Comissão de Inquérito, nomeada pela Portaria nº 291, de 21 de setembro de 1965, considerando que ficou caracterizada a desídia do Comissário Giovanni Britto Lima no exercício de suas funções, resolve rescindir o contrato de trabalho desse servidor, na forma da letra "e" do Artigo 432, da Consolidação das Leis do Trabalho.

Nº 98, de 20.4.66 — Tendo em vista as conclusões da Comissão de Inquérito, instituída pela Portaria número 393, de 31 de dezembro de 1965, resolve demitir, por abandono de emprego, o servente de 3ª classe, Mario Heleno, do Departamento de Construção Naval, de acordo com o Parágrafo 2º do Artigo 207 da Lei número 1.711-52.

Nº 99, de 25.4.66 — Resolve desligar do quadro de servidores desta Autarquia, o 3º Maquinista-Motorista — Romão Silveira, em virtude de seu falecimento ocorrido em 2 de abril de 1966.

Nº 100, de 25.4.66 — Tendo em vista a vacância dos cargos em comissão de Inspectores de Agências; tendo em vista, ainda, que os serviços de inspeção nos portos serão mais eficazes e econômicos se realizados por servidores especializados, a serem designados por esta Interventoria e pelos Departamentos, conforme o caso.

Resolve extinguir os cargos em comissão de Inspectores de Agências.

Nº 101, de 25.4.66 — Tendo em vista as conclusões do Parecer número 77-66, de 24 de março último, da Procuradoria, resolve extinguir o cargo de Encarregado do Setor de Enfermagem da Divisão de Medicina Social, do Departamento de Administração, ficando, consequentemente, exonerado desse cargo o Prático de Enfermagem Ernesto Gonçalves Arguelho, nomeado pela Portaria número 270, de 26 de agosto de 1965.

Nº 102, de 25.4.66 — Resolve desligar do quadro de servidores desta Autarquia, a partir de 15 de fevereiro de 1966, o Operário de 1ª classe, lotado no Departamento de Construção Naval, Gerson Brandão de Mendonça, que foi aposentado nos termos da Lei nº 1.162, de 22 de julho de 1950, combinada com o item III dos artigos 176 e 178, da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952.

Nº 103, de 29.4.66 — Resolve desligar do quadro de servidores desta Autarquia, o Técnico de Administração em Transporte Marítimo, lotado na Divisão de Fiscalização, Controle e Estatística, Wilson Figueiredo, que foi aposentado nos termos da Lei nº 1.162, de 22 de julho de 1950, com-

binada com o item II dos artigos 176 e 184, da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952.

Nº 104, de 29.4.66 — Resolve desligar do quadro de servidores desta Autarquia o Mestre, lotado no Departamento de Construção Naval, Jorge Fernandes de Carvalho, que foi aposentado nos termos da Lei número 1.162, de 22 de julho de 1950, combinada com o item II dos artigos 176 e 184 da Lei 1.711, de 28 de outubro de 1952.

Nº 105, de 29.4.66 — Resolve desligar do quadro de servidores desta Autarquia o Operador de 1ª, lotado no Departamento de Construção Naval — Manoel Martins Baptista, que foi aposentado nos termos da Lei 1.162, de 22 de julho de 1950, combinada com o item II dos artigos 176 e 184 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952.

Nº 106, de 29.4.66 — Resolve desligar do quadro de servidores desta Autarquia, a partir de 14 de fevereiro de 1966, o Foguista, lotado no Quadro de Mar, Alvaro Soares Candido, que foi aposentado nos termos da Lei nº 1.162, de 22 de julho de 1950, combinada com o item III do artigo 176 da Lei 1.711, de 28 de outubro de 1952.

Nº 107, de 29.4.66 — Resolve desligar do quadro de servidores desta Autarquia, o contínuo, lotado na Divisão do Pessoal, Jacob Moysés Levy, que foi aposentado nos termos da Lei nº 1.162, de 22 de julho de 1950, combinada com a de nº 1.711, de 28 de outubro de 1952 (Artigos 176, item II e 184, item D).

Nº 108, de 29.4.66 — Resolve desligar do quadro de servidores desta Autarquia, a partir de 9 de abril de 1966, o Técnico de Administração em

Transporte Marítimo, lotado no Departamento de Construção Naval, João Afonso Grossi, que foi aposentado nos termos da Lei 1.162, de 22 de julho de 1950, combinada com o item III dos artigos 176 e 178, da Lei nº 1.711 de 28 de outubro de 1952.

Nº 109, de 29.4.66 — Resolve desligar do quadro de servidores desta Autarquia, o Comandante, lotado no Quadro de Mar, José Santos de Albuquerque, que foi aposentado nos termos da Lei nº 1.162, de 22 de julho de 1950, combinada com o item II, dos artigos 176 e 184 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952.

Nº 110, de 29.4.66 — Resolve desligar do quadro de servidores desta Autarquia, o Condutor Maquinista, lotado no Quadro de Mar, Oswaldo Rodrigues de Figueiredo, que foi aposentado nos termos da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952.

Nº 111, de 29.4.66 — Resolve rescindir o contrato de trabalho, firmado, em 12 de dezembro de 1963, com o Ajudante de Cozinha, Waldeli da Costa, regido pela Consolidação das Leis de Trabalho, a partir desta data.

Nº 112, de 29.4.66 — Atendendo o que requereu o 2º Piloto-contratado Wagner Ribeiro Martins, processo nº 3.752-66, resolve rescindir o contrato de trabalho do mencionado 2º Piloto a partir de 31.1.66.

Nº 113, de 29.4.66 — Atendendo o que requereu o 1º Condutor Motorista — Contratado — João Gomes de Freitas Junior, processo nº 4.123-66, assistido por seu Sindicato de Classe; resolve rescindir o seu contrato de trabalho a partir de 4 de abril de 1966.

Nº 114, de 29.4.66 — Atendendo o que requereu o 1º Condutor Maquinista — Contratado Ary Lentz dos

Santos, processo nº 3.749-66, assistido por seu Sindicato de Classe;

Resolve rescindir o seu contrato de trabalho a partir de 29.3.66.

Nº 118, de 29.4.66 — Tendo em vista o fechamento de nossa Agência em Florianópolis — Santa Catarina; considerando a aposentadoria do Técnico de Administração em Transporte Marítimo, Jobel Sampaio Cardoso, resolve extinguir o cargo em comissão de Encarregado de Escritório da Agência em Florianópolis.

Nº 119, de 29.4.66 — Tendo em vista que os serviços de atendimento em Porto Alegre foram confiados ao Brasileiro, naquele porto; e considerando a aposentadoria do Técnico de Administração em Transporte Marítimo, José Bina Martins, resolve extinguir o cargo em comissão de Encarregado de Escritório da Agência em Porto Alegre. — Osmar Alves de Sá, Diretor do Departamento de administração.

Nº 121, de 5.5.66 — Tendo em vista as conclusões a que chegou a Comissão de Inquérito, nomeada pela Portaria nº 5, de 16 de janeiro de 1964, segundo a qual é de inteira responsabilidade do Comissário José Jurandir Leal dos Santos pela falta de 600 quilos de carne-verde verificada no navio "Rio Piabanha"; tendo em vista que esse comissário revelou-se incapaz e omissivo no exercício de suas funções, resolve rescindir o contrato de trabalho desse servidor, na forma da letra "e" do art. 482 da Consolidação das Leis do Trabalho.

Nº 122, de 5.5.66 — Tendo em vista as conclusões do Parecer número 77-66, de 24 de março último, da Procuradoria, resolve extinguir o cargo de Encarregado do Setor de Enfermagem do Departamento de Construção Naval, ficando, consequentemente, exonerado desse cargo o Prático de Enfermagem Adalino de Araujo, nomeado pela Portaria número 163, de 13 de abril de 1964.

ATOS DO PRESIDENTE DA JUNTA INTERVENTORA FEDERAL

Nº 126, de 13.5.66 — Atendendo o que requereu a camareira-contratada Zoraida de Mello Brandão, Processo nº 5.049-66, assistida por seu Sindicato de Classe, resolve rescindir o contrato de trabalho da referida camareira a partir de 22-abril-66.

Nº 127, de 18.5.66 — Resolve desligar do quadro de servidores desta Autarquia, a partir de 9 de abril de 1965, o Servente de 3ª lotado no Departamento de Construção Naval, José Francisco Pinto da Silva, que foi aposentado nos termos da Lei número 1.162, de 22 de julho de 1950, combinada com o item III dos artigos 176 e 178, da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952.

Nº 128, de 18.5.66 — Resolve desligar do quadro de servidores desta Autarquia a partir de 9 de novembro de 1965, o Carvoeiro, lotado no Quadro de Mar, Arlindo Barreto Prazeres, que foi aposentado nos termos da Lei nº 1.162, de 22 de julho de 1950, combinada com a de nº 1.711, de 28 de outubro de 1952 (Arts. 176, item III e 181).

Nº 129, de 13.5.66 — Resolve desligar do quadro de servidores desta Autarquia a partir de 27 de abril de 1966, o Marinheiro, lotado no Departamento de Construção Naval, Horácio Lopes Ferrelra, que foi aposentado nos termos da Lei nº 1.162, de 22 de julho de 1950, combinada com o item III, dos arts. 176 e 178, da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952.

Nº 134, de 19.5.66 — Considerando que o 2º Piloto, Gilberto de Trindade, em Processo nº 3.243-66, solicitou demissão assistido por seu Sindicato, resolve rescindir o seu contrato

IMPÔSTO DE CONSUMO

LEI Nº 4.502 — DE 30-11-64

Dispõe sobre o Imposto de Consumo e reorganiza a Diretoria de Rendas Internas.

DIVULGAÇÃO Nº 927.

PREÇO: Cr\$ 700

\*\*\*

DECRETO Nº 56.791 — DE 26-8-64

Aprova o Regulamento do Imposto de Consumo

\*\*\*

DIVULGAÇÃO Nº 951

PREÇO: Cr\$ 1.200

A VENDA:

Na Guanabara

Seção de Vendas: Avenida Rodrigues Alves nº 1

Agência I: Ministério da Fazenda

Atende-se a pedidos pelo Serviço de Reembolso Postal

Em Brasília

Na Sede do D.I.N.

de trabalho, a partir de 21-março-1966, nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho.

Nº 136, de 19.5.66 — Atendendo ao que requereu o Técnico de Administração em Transporte Marítimo Marcus Vinícius de Siqueira e Souza, conforme processo nº 15.613-65, resolve exonerá-lo, a pedido, do Cargo em Comissão de Chefe da Seção de Procuradoria, satisfazendo, assim, os requisitos da Lei nº 1.741, de 22 de novembro de 1952, e do Decreto número 990, de 14 de maio de 1952, conforme consta do processo nº 15.613, de 12.11.65; considerando a sua cooperação, a pedido conforme Portaria nº 136, de 19.5.66; considerando, ainda, o Parecer nº 24-H (Diário Oficial de 1.6.64), da Consultoria-Geral da República. Resolve agregá-lo ao quadro de Pessoal desta Autarquia ficando-lhe assegurado os vencimentos inerentes ao referido cargo em comissão.

Nº 140, de 26.5.66 — Resolve conceder, a pedido, exoneração ao 2º Maquinista Motorista, José Maia da Silva, desta Autarquia, na forma do art. 75 da Lei nº 1.711-52.

Rio de Janeiro, 30 de maio de 1966. — *Osmar Alves de Sá*, Diretor do Departamento de Administração.

O Presidente da Junta Interventora Federal na Companhia Nacional de Navegação Costeira — Autarquia Federal, usando das atribuições que lhe conferem o Decreto-lei nº 9.618, de 21 de agosto de 1946 e Decreto número 53.346, de 4 de maio de 1966, baixa as seguintes Portarias,

Nº 141, de 31.5.66 — Resolve desligar do quadro de servidores desta Autarquia o Técnico de Administração em Transportes Marítimo, lotado na Agência de Vitória, Thereza Baptistella Menezes, que foi aposentado nos termos da Lei nº 1.162, de 22 de julho de 1950, combinada com o item II dos arts. 176 e 184 da Lei número 1.711, de 28 de outubro de 1952.

Nº 142, de 31.5.66 — Resolve desligar do quadro de servidores desta Autarquia o Estivador, lotado na Divisão de Carga e Descarga, Manoel Gomes Tinoco, que foi aposentado nos termos da Lei nº 1.162, de 22 de julho de 1950, combinada com o item II dos arts. 176 e 184 da Lei número 1.711, de 28 de outubro de 1952.

Nº 143, de 31.5.66 — Resolve desligar do quadro de servidores desta Autarquia o Estivador, lotado na Divisão de Carga e Descarga, Carlos Ferreira da Cruz, que foi aposentado nos termos da Lei nº 1.162, de 22 de julho de 1950, combinada com o item II dos arts. 176 e 184 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952.

Nº 144, de 31.5.66 — Resolve desligar do quadro de servidores desta Autarquia o Contínuo Aurelino Sardinha, com os proventos do Cargo em Comissão de Encarregado do Setor de Limpeza da Sede, nos termos da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952 (Artigos 176, item II e 184, item III), combinada com a de nº 1.162, de 22 de julho de 1950.

Rio de Janeiro, 2 de junho de 1966. — *Raphael Guerreiro da Fonseca*, Presidente da Junta Interventora Federal.

## DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE FERRO

### PORTARIA DE 8 DE DEZEMBRO DE 1965

O Diretor-Geral do Departamento Nacional de Estradas de Ferro, usando da atribuição que lhe confere o artigo 66, no item 27, do Regimento Interno aprovado pelo Decreto número 2.090, de 18 de janeiro de 1963,

tendo em vista o que consta do Processo 296-DG-65, resolve:

Nº 425-DG — Exonerar, a pedido, nos termos do artigo 75, item I, da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, José Luiz Pereira da Costa, do cargo de Auxiliar de Desenhista nível 12 do Quadro de Pessoal desta Autarquia. — *José Marques Vianna*, Diretor-Geral.

### PORTARIA DE 9 DE MAIO DE 1966

O Presidente da Comissão de Inquérito designada pela Portaria número 159-DG — de 27 de abril de 1966 do Sr. Diretor-Geral do Departamento Nacional de Estradas de Ferro, resolve na forma do § 2º do art. 219 do Estatuto do Funcionário Público Civil da União, designar o Escriturário nível 10-B — Lair Ayres de Lima, do Quadro do Pessoal do D.N.E.F., exercendo as funções de Secretária da Chefia do 4º Distrito Ferroviário Símbolo 9-F para desempenhar as funções de Secretário da mesma Comissão. — *Hélio Moraes Sarmento*

### PORTARIA DE 28 DE FEVEREIRO DE 1966

O Diretor-Geral do Departamento Nacional de Estradas de Ferro, usando da atribuição que lhe confere o artigo 66, no item 28, do Regimento Interno e Regulamento do Pessoal aprovados pelo Decreto nº 2.090, de 18 de janeiro de 1963, resolve:

Nº 76-DG — Nomear, de acordo com o artigo 12, item III, da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, João Carlos Gurgel Barbosa, ocupante do cargo de Engenheiro TC-602.22-B, do Quadro de Pessoal do referido Departamento, para exercer o cargo, em comissão, de seu Assistente, símbolo 4-C, do mesmo Quadro, vago em virtude da exoneração de Cesar Bastos Mota e Silva. — *José Marques Vianna*, Diretor-Geral.

### PORTARIA DE 9 DE MARÇO DE 1966

O Diretor-Geral do Departamento Nacional de Estradas de Ferro, usando da atribuição que lhe confere o artigo 66 no item 24, do Regimento Interno e Regulamento do Pessoal aprovados pelo Decreto nº 2.090, de 18 de janeiro de 1963, resolve:

Nº 90-DG — Delegar competência a Fernando Levenhagen de Mello, Chefe do 7º Distrito Ferroviário, com sede em Brasília, e, nos seus impedimentos, ao seu Assistente Diógenes Mesquita Passos, para requisitarem passagens em objeto de serviço. — *José Marques Vianna*, Diretor-Geral

### PORTARIA DE 28 DE MARÇO DE 1966

O Diretor-Geral do Departamento Nacional de Estradas de Ferro, usando da atribuição que lhe confere o art. 66, no item 24, do Regimento Interno aprovado pelo Decreto número 2.090, de 18 de janeiro de 1963 resolve:

Nº 121-DG — Designar o Engenheiro TC-602.22-B, Jacy José Alves Humberto Faria de Almeida e Jorge Conrado Gropp, para, sob a presidência do primeiro, que exerce o cargo em comissão, do Chefe do 6º Distrito de Avaliação de Imóveis localizados na Jurisdição das Residências de Santa Catarina, daquele Distrito, para fim de desapropriação. — *José Marques Vianna*, Diretor-Geral.

### PORTARIAS DE 1º DE ABRIL DE 1966

O Diretor-Geral do Departamento Nacional de Estradas de Ferro, usando da atribuição que lhe confere o item 24, do art. 66 do Regimento Interno e Regulamento do Pessoal, aprovados pelo Decreto nº 8.090, de 18 de janeiro de 1963, resolve:

Nº 124-DG — Designar o Diretor da Divisão Financeira, Economista

Antônio Santos Oliveira para fazer parte do Grupo de Trabalho constituído pela Portaria nº 292-DG, de 6 de setembro de 1966.

O Diretor-Geral do Departamento Nacional de Estradas de Ferro, usando das atribuições que lhe confere o artigo 66, item 24, do Decreto número 2.090, de 18 de janeiro de 1963, combinado com o artigo 19 e seus parágrafos 1º e 2º do Decreto número 55.651 de 29 de janeiro de 1965, resolve:

Nº 126-DG — Designar o engenheiro nível 22 Walter Muniz, o geodesta nível 9-B, Waldemar de Oliveira, e o engenheiro Carlos da Silva Lima Pereira, os dois primeiros do Departamento Nacional de Estradas de Ferro, e o último representante da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, para, em Comissão, presidida pelo primeiro, efetuarem a 23ª tomada de contas, à Companhia Paulista de Estradas de Ferro, referente aos Fundos de Melhoramentos e de Renovação Patrimonial e relativa aos biênios 1962-1963 e 1964-1965. — *José Marques Vianna*, Diretor-Geral

O Diretor-Geral do Departamento Nacional de Estradas de Ferro, usando da atribuição que lhe confere o artigo 66 item 4, do Regulamento Interno, baixado pelo Decreto nº 2.090, de 18 de janeiro de 1963, combinado com o artigo 19 e seus parágrafos 1º e 2º do Decreto nº 55.651 de 9 de janeiro de 1965, resolve:

Nº 128-DG — Designar o Engº nível 22 Glauco Benevolo de Benevolo, Auxiliar de medição nível 6, Argemiro Souza Guerra e o Engº João Marcelo Pereira Brasil, os dois primeiros do Departamento Nacional de Estradas de Ferro e o último representante da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, para em comissão presidida pelo primeiro efetuarem a Tomada de Contas à Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, referente aos Fundos de Melhoramentos e de Renovação Patrimonial e relativa ao biênio de 1964-1965. — *José Marques Vianna*, Diretor-Geral.

### PORTARIAS DE 5 DE ABRIL DE 1966

O Diretor-Geral do Departamento Nacional de Estradas de Ferro, considerando as determinações do Regulamento para Segurança, Tráfego e Polícia das Estradas de Ferro, aprovado pelo Decreto nº 2.089, de 18 de janeiro de 1963, mais especialmente dos artigos 3º, 20º 21º e seus parágrafos: considerando o disposto nos convênios firmados com a Rede Ferroviária Federal S.A., para inversões na aquisição de trens elétricos para os subúrbios do Rio de Janeiro;

considerando o exposto pela Divisão de Fiscalização, no processo número 5.414-65 e usando das atribuições que lhe conferem o artigo 66, item 24, do Regimento Interno do DNEF, aprovado pelo Decreto número 2.090, de 18 de janeiro de 1963 resolve:

Nº 130-DG — Aprovar o projeto e especificações dos trens elétricos adquiridos para os subúrbios do Rio de Janeiro, de acordo com os documentos submetidos ao DNEF pela RFFSA com a carta nº 020-66-CTFS, de 14 de janeiro de 1966, que com esta baixam, devidamente rubricados pela Divisão de Fiscalização. — *José Marques Vianna*, Diretor-Geral

### PORTARIA DE 5 DE ABRIL DE 1966

O Diretor-Geral do Departamento Nacional de Estradas de Ferro, usando da atribuição que lhe confere o art. 66, no item 24, do Regimento Interno aprovado pelo Decreto número 2.090, de 18 de janeiro de 1963, resolve:

Nº 135-DG — Designar o Contador TC-302-20-A — Newton Pacheco Ro-

cha o Desenhista P. 1.001.14-B Oswaldo Lyrio e o Oficial de Administração AF-201.14-B, Athayde Marques da Silva, todos do Quadro de Pessoal do DNEF, para, em comissão e sob a presidência do primeiro, procederem ao exame de inventário realizado pelo Almoarifado do mesmo Departamento, verificando o material estocado, o que foi adquirido durante o ano de 1965 e os saldos do estoque dos anos de 1964 para 1965, propondo providências que por ventura forem julgadas necessárias, manifestando-se ou apontando as faltas que constatarem sobre a correção do trabalho a cargo do funcionário responsável Almoarifado, 16-B, Antônio Carlos Dias de Barros. — *José Eduardo Freire de Carvalho*, Diretor-Geral — Substituto

### PORTARIA DE 12 DE ABRIL DE 1966

O Diretor-Geral do Departamento Nacional de Estradas de Ferro, usando de atribuição que lhe confere o art. 66, no item 24, do Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.090, de 18 de janeiro de 1963, e tendo em vista o que consta do Processo número 1.387-66, resolve:

Nº 137-DG — Extinguir a Residência do Trombulo Central localizada no Estado de Santa Catarina e sob a jurisdição do 6º Distrito Ferroviário, com sede em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul. — *José Eduardo Freire de Carvalho*, Diretor-Geral — Substituto.

### PORTARIA DE 19 DE ABRIL DE 1966

O Diretor-Geral do Departamento Nacional de Estradas de Ferro, usando das atribuições que lhe confere a letra j) do artigo 3º da Lei 4.102, de 20 de julho de 1962, bem como o disposto no artigo 12 do Regulamento Geral dos Transportes, aprovado pelo Decreto nº 51.813, de 8 de março de 1963, e tendo em vista o que expôs o Conselho de Tarifas e Transportes, no ofício C.T.T. 29-13, de 4 de março de 1966, resolve:

Nº 141-DG — 1. As estradas de ferro, tanto no tráfego próprio quanto no mútuo, adotarão uma única tabela de classificação (B-1) nos transportes de bagagens e encomendas.

2. Nos despachos de bagagens e encomendas será adotado o peso mínimo de 50 quilos, arredondando-se para o múltiplo superior de 50 quilos a fração desse peso.

3. A distância mínima, para despachos de bagagens e encomendas, será de 100 quilômetros, por empresa.

4. Os atuais mínimos de fretes de bagagens e encomendas ficarão abolidos. — *José Marques Vianna*, Diretor-Geral.

### PORTARIA DE 20 DE ABRIL DE 1966

O Diretor-Geral do Departamento Nacional de Estradas de Ferro, usando da atribuição que lhe confere o artigo 66 item 24, do Regulamento Interno baixado pelo Decreto nº 2.090, de 18 de janeiro de 1963, combinado com o artigo 19 e seus parágrafos 1º e 2º do Decreto nº 55.651, de 29 de janeiro de 1965, resolve:

Nº 142-DG — Designar o Engº nível 22 — Carlos Beltrão de Castro Azevedo, Aux. de medição nível 6 — Argemiro de Souza Guerra e Benedito Marcondes Leite Júnior, os dois primeiros do Departamento Nacional de Estradas de Ferro e o último representante da E.F. Campos do Jordão, para em comissão presidida pelo primeiro efetuarem a Tomada de Contas à E. F. Campos do Jordão referente aos Fundos de Melhoramentos e de Renovação Patrimonial e relativa ao biênio de 1964-1965. — *José Marques Vianna*, Diretor-Geral.

PORTARIA DE 25 DE ABRIL DE 1966

O Diretor-Geral do Departamento Nacional de Estradas de Ferro, usando da atribuição que lhe confere o art. 66, no item 24, do Regimento Interno e Regulamento do Pessoal aprovado pelo Decreto n.º 2.090, de 18 de janeiro de 1963, resolve:

N.º 146-DG — Designar os Engenheiros TC.602-22-B — João Gualberto Pinheiro, José Correia Costa e Mário de Souza Nascimento, este do Quadro I do MVOP e aqueles do Quadro de Pessoal deste Departamento, para, sob a presidência do primeiro, constituírem comissão incumbida da medição final do trecho entregue à firma Construtora Malachias Dolabella Ltda., na Ligação Itaguá, — Engenheiro Bley, estacas 3.000 a 3.870.

PORTARIAS DE 26 DE ABRIL DE 1966

O Diretor-Geral do Departamento Nacional de Estradas de Ferro, usando da atribuição que lhe confere o art. 66, no item 27, do Regimento Interno e Regulamento de Pessoal aprovados pelo Decreto n.º 2.090, de 18 de janeiro de 1963, e tendo em vista o que consta do Proc. n.º 3.385 de 1966, resolve:

N.º 152-DG — Exonerar, a pedido de acordo com o art. 75, item I, da Lei n.º 1.711, de 28 de outubro de 1952, João Falcão Ferraz, do cargo de Auxiliar de Desenhista P. 1002.12, do Quadro de Pessoal do referido Departamento. — José Marques Vianna, Diretor-Geral

O Diretor-Geral do Departamento Nacional de Estradas de Ferro, usando das atribuições que lhe confere a letra j) do artigo 3.º da Lei n.º 4.102, de 20 de julho de 1962, bem como o disposto no artigo 12 do Regulamento Geral dos Transportes, aprovado pelo Decreto n.º 51.813, de 8 de março de 1963 e tendo em vista o que expôs o Conselho de Tarifas e Transportes no ofício C.T.T. 29-13, de 4 de abril de 1966, resolve:

N.º 156-DG — Aprovar nova classificação para o consecutivo 944 — Clinquer, da Pauta de Classificação Geral de Mercadorias — CGT-4, como se segue:

Lotação

944 — Clinquer — C-10.

Engenheiro José Marques Vianna, Diretor-Geral.

PORTARIA DE 27 DE ABRIL DE 1966

O Diretor-Geral do Departamento Nacional de Estradas de Ferro, usando das atribuições que lhe confere a letra j, do artigo 3.º da Lei 4.102, de 20 de julho de 1962, o artigo 12 do Regulamento Geral dos Transportes, aprovado pelo Decreto n.º 51.813, de 8 de março de 1963, tendo em vista a decisão do Conselho de Tarifas e Transportes a que se refere o Ofício CTT 29-11, de 9 de fevereiro de 1966 e, finalmente, a resolução do Conselho da Comissão do Plano do Carvão Nacional (CPCAN), comunicada pelo Ofício P.C.N. — n.º D.P.P.R.-153-66, de 28 de abril de 1966, resolve:

N.º 160-DG — Aprovar os seguintes fretes, por tonelada, para o transporte de carvão na Estrada de Ferro Dona Tereza Cristina, com vigência respectivamente, em:

1.º de abril de 1966

— das minas a Capivari — Cr\$ 2.581.

— de Capivari aos portos de Imbituba ou Laguna — Cr\$ 2.346.

1.º de agosto de 1966

— das minas a Capivari — .... Cr\$ 2.630.

— de Capivari aos portos de Imbituba ou Laguna — Cr\$ 3.040.

Nota: — Nos fretes acima já se acham incluídas as taxas de 10% — Fundo de Melhoramentos, 10% — Fundo de Renovação Patrimonial e 10% — Quota de Previdência. — Eng. José Marques Vianna, — Diretor-Geral.

PORTARIAS DE 29 DE ABRIL DE 1966

O Diretor-Geral do Departamento Nacional de Estradas de Ferro, usando das atribuições que lhe confere o art. 66, item 28, do Regimento In-

PORTARIA DE 3 DE MAIO DE 1966

O Diretor-Geral do Departamento Nacional de Estradas de Ferro, usando das atribuições que lhe confere a letra j), do artigo 3.º da Lei 4.102, de 20 de julho de 1962, bem como o disposto no artigo 12 do Regulamento Geral dos Transportes, aprovado pelo Decreto n.º 51.813, de 8 de março de 1963 e tendo em vista o que expôs o Conselho de Tarifas e Transportes no ofício CTT-29.15, de de março de 1966, resolve:

N.º 177-DG — Aprovar novas taxas para as acessórias ns 4 — Baldeação, item d — Mercadorias em geral; 5 — Carga ou descarga item c — Mercadorias em geral e 14 — Estadia, item b, do Quadro de Taxas Acessórias da Pauta CGT-4, como se segue:

Table with 3 columns: Discriminação, Condição, Taxa. It lists various items like Baldeação, Carga ou descarga, and Estadia with their respective conditions and tax rates in Cr\$.

Eng. José Marques Vianna, Diretor-Geral.

PORTARIA DE 5 DE MAIO DE 1966

O Diretor-Geral do Departamento Nacional de Estradas de Ferro, no uso das atribuições que lhe confere a alínea 24 do art. 66 do Regimento Interno, aprovado pelo Decreto número 2.090, de 18 de janeiro de 1963, de conformidade com o Regulamento para Segurança, Tráfego e Polícia nas Estradas de Ferro, aprovado pelo Decreto n.º 2.089, de 18 de janeiro de 1963 e considerando o exposto no processo n.º 3.778-65, resolve:

N.º 181-DG — I — autorizar a construção e uso a título precário, das passagens de nível do km 275 e do passagens de nível públicas situadas linha Ourinhos-Agua-Bóia, da Rede Viação Paraná-Santa Catarina, na forma do contrato que com esta baixa, devidamente rubricado pelo Diretor da Divisão de Fiscalização.

II — determinar o fechamento das no km 276,050, e no km 276,895, da 275,840, da linha Ourinhos-Agua-Bóia, da Rede Viação Paraná-Santa Catarina. — Eng. José Marques Vianna, Diretor-Geral.

PORTARIA DE 10 DE MAIO DE 1966

O Diretor-Geral do Departamento Nacional de Estradas de Ferro, considerando o disposto nos convênios firmados com a Rede Ferroviária Federal S. A., considerando o exposto

terno e Regulamento de Pessoal aprovado pelo Decreto n.º 2.090 de 18 de janeiro de 1963, resolve:

N.º 165-DG — Dispensar o Desenhista nível 16 classe C, do Quadro de Pessoal desta Autarquia, Benjamin Pinto Chayes das funções de substituto eventual do Chefe do Serviço de Divulgação.

N.º 166-DG — Designa o Redator nível 19 do Quadro de Pessoal desta Autarquia, Paulo de Souza Cruz Serra Lima, para substituir o Chefe do Serviço de Divulgação em seus impedimentos eventuais. — Eng. José Marques Vianna — Diretor-Geral.

Nóbrega & Machado Ltda., requer renovação de sua inscrição como empreiteira neste Departamento, foi exarado o seguinte: "Deferido — de acordo com os pareceres — Em 25 de abril de 1966. — José Eduardo Freire de Carvalho — Diretor-Geral Substituto".

Proc. n.º 3.377-66 — No requerimento em que a firma S. A. — Fundações e Estruturas "FE", roquer sua renovação de inscrição como empreiteira neste Departamento, foi exarado o seguinte: — "Deferido — de acordo com os pareceres. Em 25 de abril de 1966. — José Eduardo Freire de Carvalho — Diretor-Geral Substituto".

Proc. n.º 3.457-66 — No requerimento em que a firma Pavimentadora e Construtora Brasileira S. A., requer renovação de sua inscrição como empreiteira neste Departamento, foi exarado o seguinte: — "Deferido — de acordo com os pareceres — Em 25-4-66. — José Eduardo Freire de Carvalho — Diretor-Geral Substituto."

Proc. n.º 3.510-66 — No requerimento em que a firma "Coenge S. A. — Engenharia e Construções, requer revalidação de inscrição como empreiteira neste Departamento, foi exarado o seguinte: — "Deferido — de acordo com os pareceres — Em 25-4-66. — José Eduardo Freire de Carvalho — Diretor-Geral Substituto".

DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS

Atos do Diretor-Geral

PORTARIAS DE 12 DE MAIO DE 1966

O Diretor-Geral do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 67, item XXII, do Regimento aprovado pelo Decreto número 57.427, de 14 de dezembro de 1965, resolve:

N.º 1.229-DG — Dispensar, a pedido, de acordo com o art. 77, da Lei n.º 1.711-52, Carlos Guilherme de Abreu Matos, Engenheiro nível 21-A, do Quadro de Pessoal do MVOP, da função gratificada símbolo 2-F, de Chefe da Seção Distrital de Programação do 3.º Distrito de Obras, o qual fora designado pela Portaria número 55-DG, de 14.1.66.

N.º 1.231-DG — Designar Carlos Guilherme de Abreu Matos, Engenheiro, nível 21-A, do Quadro de Pessoal do MVOP, para exercer a função gratificada, símbolo 2-F, de Chefe da Seção de Máquinas e Equipamentos do 3.º Distrito de Obras, deste Departamento.

N.º 1.235-DG — Dispensar, de acordo com o art. 77, da Lei n.º 1.711-52, José Orlando de Moraes, Trabalhador, nível 1, do Quadro de Pessoal do MVOP da função gratificada, símbolo 6-F, de Encarregado de Turma Distrital de Finanças de Pessoal do 3.º Distrito de Obras, em virtude de ter sido designado para outra função.

N.º 1.236-DG — Designar, de acordo com o art. 77, da Lei n.º 1.711-52, José Orlando de Moraes, Trabalhador nível 1, do Quadro de Pessoal do MVOP para exercer a função gratificada, símbolo 6-F, de Encarregado de Turma Distrital de Cadastro, Direitos e Deveres do 3.º Distrito de Obras, deste Departamento.

N.º 1.237-DG — Dispensar Francisco Alves da Silva, Escrevente Dactilógrafo, nível 7, do Quadro de Pessoal do MVOP, da função gratificada, símbolo 6-F, de Encarregado da Turma Distrital de Cadastro, Direitos e Deveres do 3.º Distrito de Obras, deste Departamento.

N.º 1.238-DG — Designar Francisco Alves da Silva, Escrevente Dacti-

pela Divisão de Fiscalização no processo n.º 69.DFI-64 e usando das atribuições que lhe confere o artigo 66, item 24, do Regimento Interno do DNEF, aprovado pelo Decreto n.º 2.090, de 18 de janeiro de 1963, resolve:

N.º 193-DG — Homologar o contrato n.º 43, de 5.11.62 e seu aditivo de 13 de setembro de 1965, entre a Rede Ferroviária Federal S. A. e a General Electric S. A., para a aquisição e a montagem de equipamentos elétricos, destinados aos trens-unidades dos subúrbios do Rio de Janeiro. — Eng. José Marques Vianna, Diretor-Geral.

DESPACHOS DO DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO

Proc. n.º 3.097 — No requerimento em que a firma "Socimbra" — Sociedade Construtora e Importadora Brasileira S. A. requer renovação de sua inscrição como empreiteira neste Departamento, foi exarado o seguinte: "Deferido — de acordo com os pareceres — Em 28-3-66 — José Eduardo Freire de Carvalho — Diretor-Geral Substituto".

Proc. n.º 3.318-66 — No requerimento em que a firma S.A. Paulista de Construções e Comércio, requer sua inscrição como empreiteira neste Departamento, foi exarado o seguinte: — "Deferido — de acordo com os pareceres. — Em 25-3-66. — José Eduardo Freire de Carvalho — Diretor-Geral Substituto."

Pros. n.º 1.610-66 — No requerimento em que a firma Construtora

lógrafo nível 7, do Quadro de Pessoal do MVOP, para exercer a função gratificada, símbolo 6-F, de Encarregado de Turma Distrital de Finanças de Pessoal do 3º Distrito de Obras deste Departamento.

**PORTARIA DE 17 DE MAIO DE 1966**

O Diretor-Geral do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 67, item XXII, do Regulamento aprovado pelo Decreto número 57.427, de 14 de dezembro de 1965, resolve:

Nº 1.252-DG — Dispensar, de acordo com o art. 77, da Lei nº 1.711-52, Francisco José Guimarães Souto, Engenheiro, nível 21-A, do Quadro de Pessoal do DNOCS, da função gratificada, símbolo 2-F, de Chefe da Seção Distrital de Estudos e Projetos do 7º Distrito de Obras, deste Departamento, o qual fôra designado pela Portaria nº 2.000-DG, de 5 de novembro de 1964.

Nº 1.256-DG — Designar Amaury Aguiar Marinho, Armazenista, nível 10-B, do Quadro de Pessoal do MVOP, para exercer a função gratificada, símbolo 6-F, de Encarregado de Almoarifado — Distrital do 3º Distrito de Obras, deste Departamento.

Nº 1.265-DG — Dispensar, de acordo com o art. 77, da Lei nº 1.711-52, Severino Pedro dos Santos, Armazenista, nível 8-A, do Quadro de Pessoal do DNOCS, da função gratificada, símbolo 6-F, de Encarregado da Turma de Almoarifado Distrital do 3º Distrito de Obras, deste Departamento.

Nº 1.271-DG — Dispensar, com efeito a partir de 13.12.65, Sebastião Pereira Bastos, Mestre de Obras, nível 14, do Quadro de Pessoal do MVOP, da função gratificada, símbolo 1-F, de Chefe da 2ª Residência Distrital da Comissão de Alagoas para a qual fôra designado pela Portaria nº 863-DG, de 27 de abril de 1964.

Nº 1.284-DG — Designar de acordo com o art. 77, da Lei nº 1.711-52, Severino Pedro dos Santos, Armazenista, nível 8-A, do Quadro de Pessoal do DNOCS, para exercer a função gratificada, símbolo 6-F, de Encarregado da Turma de Movimentação e Controle do 3º Distrito, deste Departamento.

O Diretor-Geral do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 67, item XXII, do Regulamento aprovado pelo Decreto número 57.427, de 14 de dezembro de 1965, resolve:

Nº 1.285-DG — Dispensar, de acordo com o art. 77, da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, Alceu Bernardes Carneiro, Engenheiro, nível 21-A, do Quadro de Pessoal do DNOCS, da função gratificada, símbolo 1-F, de Chefe da 3ª Residência Distrital de Obras, do 7º Distrito de Obras, o qual fôra designado pela Portaria número 1.761-DG, de 3.4.65.

**PORTARIA DE 24 DE MAIO DE 1966**

O Diretor-Geral do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 67, item XXII, do Regulamento aprovado pelo Decreto número 57.427, de 14 de dezembro de 1965, resolve:

Nº 1.307-DG — Designar Arlindo Bezerra Cavalcanti, Escrevente-Dactilógrafo, nível 7, do Quadro de Pessoal do MVOP, para exercer a função gratificada, símbolo 6-F, de Encarregado da Turma de Manutenção da Seção Distrital de Máquinas e Equipamentos do 3º Distrito de Obras, deste Departamento.

**PORTARIA DE 26 DE MAIO DE 1966**

O Diretor-Geral do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 67, item XXII, do Regulamento aprovado pelo Decreto número 57.427, de 14 de dezembro de 1965, resolve:

Nº 1.347-DG — Designar Sebastião Rodrigues Bezerra, Escrevente Dactilógrafo, nível 7, do Quadro de Pessoal do MVOP, para exercer a função gratificada, símbolo 8-F, de Chefe de Escritório de Residência da 3ª Residência Distrital do 3º Distrito de Obras deste Departamento.

**PORTARIA DE 31 DE MAIO DE 1966**

O Diretor-Geral do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 67, item XXII, do Regulamento aprovado pelo Decreto número 57.427, de 14 de dezembro de 1965, resolve:

Nº 1.410-DG — Exonerar, a pedido, Clovis Chagas Aroucha, Engenheiro, nível 21-A, do Quadro de Pessoal do DNOCS, do Cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Chefe do 3º Distrito de Obras deste Departamento, o qual fôra nomeado pela Portaria número 1.566-DG, de 1.9.64.

**PORTARIA DE 1º DE JUNHO DE 1966**

O Diretor-Geral do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 67, item XXII, do Regulamento aprovado pelo Decreto número 57.427, de 14 de dezembro de 1965, resolve:

Nº 1.438-DG — Aposentar, nos termos do disposto no art. 176, item II, da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, o servidor, Laudelino Romualdo

dos Santos, no cargo de Perfurador de Poços, nível 10-A, do Quadro de Pessoal deste Departamento, com as vantagens previstas no art. 184, item I, da citada Lei.

**PORTARIAS DE 2 DE JUNHO DE 1966**

O Diretor-Geral do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 67, item XXII, do Regulamento aprovado pelo Decreto número 57.427, de 14 de dezembro de 1965, resolve:

Nº 1.482-DG — Dispensar, conforme art. 77, da Lei nº 1.711-52, Carlos Guilherme de Abreu Matos, Engenheiro, nível 21-A, do Quadro de Pessoal do MVOP, da função gratificada, símbolo 3-F, de Ajudante da 4ª Residência Distrital do 1º Distrito de Obras, deste Departamento.

O Diretor-Geral do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 67, item XXII, do Regulamento aprovado pelo Decreto número 57.427, de 14 de dezembro de 1965, resolve:

Nº 1.486-DG — Dispensar, de acordo com o art. 77, da Lei nº 1.711-52, Heraclides Viana Macedo, Engenheiro, nível 21-A, do Quadro de Pessoal do MVOP, da função gratificada, símbolo 1-F, de Chefe da 4ª Residência de Obras, do 1º Distrito de Obras, deste Departamento.

Nº 1.487-DG — Dispensar Eduardo Nuno de Siqueira Prazeres, Engenheiro nível 21-A, do Quadro de Pessoal do DNOCS, da função gratificada, símbolo 2-F, de Chefe da Seção de Estudos e Projetos do 1º Distrito de Obras, deste Departamento.

Nº 1.488-DG — Dispensar Osmar de Oliveira Martins Engenheiro, nível 21-A, do Quadro de Pessoal do MVOP da função gratificada, símbo-

lo 3-F, de Ajudante da 2ª Residência Distrital do 1º Distrito de Obras, deste Departamento.

Nº 1.489-DG — Dispensar João Alberto Gurgel, Médico, nível 21-A, do Quadro de Pessoal do MVOP, da função gratificada, símbolo 2-F, de Chefe da Seção Médico-Assistencial do 1º Distrito de Obras, deste Departamento.

Nº 1.514-DG — Aposentar, nos termos do disposto no art. 176, item III da Lei nº 1.711-52, o servidor Sigefredo Bezerra de Figueiredo, no cargo de Fiscal de Turma de Estudos, nível 16-B, do Quadro de Pessoal deste Departamento, com as vantagens previstas no art. 184, item I, da citada Lei.

Nº 1.533-DG — Dispensar, com efeito a partir de 9.2.66, Lícinea Correia e Silva, Oficial de Administração, nível 12-A, do Quadro de Pessoal do DNOCS, da função gratificada, símbolo 9-F, de Secretária do Diretor da Divisão de Águas e Energia da Diretoria de Fomento a Produção, deste Departamento, designada pela Portaria nº 142-DG, de 21 de novembro de 1963. — Ary de Pinho, Diretor-Geral.

**DEPARTAMENTO NACIONAL DE PORTOS E VIAS NAVEGÁVEIS**

**PORTARIAS DE 7 DE JUNHO DE 1966**

O Diretor-Geral do Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 4.213, de 14 de fevereiro de 1963, publicada no Diário Oficial, de 21 do mesmo mês e ano, resolve:

Nº 534-DG — Dispensar, a pedido, de acordo com o artigo 77, da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, o Contador, nível 20-A, Aurélio Aguiar Teixeira, do Quadro do Pessoal desta Autarquia, aprovado pelo Decreto número 51.897, de 9 de abril de 1963, da função gratificada, símbolo 2-F, de Chefe da Auditoria da (SA-DF), designado conforme Portaria nº 653-DG, de 12 de outubro de 1964.

Nº 535 DG — Designar, em caráter excepcional o economista nível 20-A, interino, Carlos Ezequiel Dias, do Quadro do Pessoal desta Autarquia, aprovado pelo Decreto nº 51.897, de 9 de abril de 1963, para exercer a função gratificada, símbolo 2-F, de Chefe da Auditoria da (SA-DF), por ter sido dispensado, a pedido, o Contador 20-A, Aurélio Aguiar Teixeira, da mencionada função. — Juarez Galvão Ferreira, Diretor-Geral, substituto.

**ATOS DO DIRETOR-GERAL DESPACHOS**

No Processo nº 7.858-66, onde consta o requerimento da firma Sondotécnica Engenharia de Solos S.A., solicitando o pagamento da fatura nº 35-66, no valor de Cr\$ 485.280, referente aos serviços prestados no porto de Belém, Estado do Pará, o Sr. Diretor-Geral, após as informações da SPC, exarou o seguinte despacho: "Indefiro".

No Processo nº 7.259-66, onde consta o requerimento de H. Dantas Comércio, Navegação e Indústria Ltda. firma estabelecida à Praça General Valadão nº 188, na cidade de Aracaju Estado de Sergipe, e proprietário de Salina "Mangaba" em Barra dos Coqueiros, no sentido de melhor servir aos dois municípios solicita licença para construir uma rampa na Avenida General Calazans no bairro industrial que vai servir para atracação e desatracação de uma balsa recém-construída considerada de utilidade pública, o Sr. Diretor-Geral exarou o seguinte despacho: "Aprovo no que diz respeito às atribuições deste Departamento".

# SONEGAÇÃO FISCAL

LEI Nº 4.729, DE 14-7-1965

DIVULGAÇÃO Nº 948

Preço: Cr\$ 25

A VENDA

Na Guanabara

Seção de Vendas: Avenida Rodrigues Alves n.º 1

Agência I: Ministério da Fazenda

Atende-se a pedidos pelo Serviço de Reembolso Posta.

Em Brasília

Na Sede do D. I. N.



UNIVERSIDADE FEDERAL  
DE MINAS GERAISPORTARIAS DE 5 DE MAIO  
DE 1966

O Reitor da Universidade Federal de Minas Gerais, no uso de suas atribuições, resolve:

N.º 189 — Exonerar, a pedido, nos termos dos artigos 74, item I, e 75, item I, da Lei n.º 1.711, de 28 de outubro de 1952, Moacyr Carneiro, Assistente de Ensino Superior, EC-503-20, do Q.P., P.P., da U.F.M.G., lotado na Escola de Engenharia.

N.º 190 — Nos termos do art. 53, item 1.º, da Lei n.º 4.881-A, de 6 de dezembro de 1965, combinado com os arts. 184, item III, e 187, parágrafo único, da Lei n.º 1.711, de 28 de outubro de 1952, declarar a aposentadoria compulsória do Prof. Mário Domingues da Silva Marques no cargo de Professor de Ensino Superior, EC-502-22, do Quadro do Pessoal da U.F.M.G., lotado na Escola de Engenharia, com o vencimento integral do referido cargo, acrescido de 20% (vinte por cento), a partir de 1.º de janeiro do corrente ano, visto ter provado contar mais de 65 (sessenta e cinco) anos de idade e 35 (trinta e cinco) de serviço público. — Prof. *Aluísio Pimenta*.

PORTARIAS DE 25 DE MAIO  
DE 1966

O Reitor da Universidade de Minas Gerais, no uso de suas atribuições, resolve:

N.º 217 — Dispensar, a pedido, a partir de 26 de novembro de 1965, Júlio Olímpio Fusaro Mourão, das funções de Oficial de Administração, para que foi admitido, temporariamente, pela Portaria n.º 1.780, de 1.º de julho de 1965, com exercício na Reitoria da Universidade.

N.º 218 — Nos termos do item I, do art. 75, da Lei n.º 1.711, de 28 de outubro de 1952, exonerar, a pedido, o servidor Adalberto Bello de Andrade, a partir de 27 de abril de 1966, do cargo de Desenhista, P-1.001-12-A, do Q.P., P.P. da U.F.M.G., que ocupa na Escola de Engenharia da Universidade.

N.º 220 — Dispensar de suas funções a pedido, a partir de 10 de março de 1966, Cleomir Motter, admitido pela Portaria de n.º 1.053-64, para prestar serviços à Escola de Engenharia, como Instrutor de Ensino Superior, com o salário equivalente ao vencimento do nível 19.º.

N.º 221 — Dispensar de suas funções a pedido, a partir de 31 de março de 1966, Caruso Samel, admitido pela Portaria n.º 1.311, de 1964, para prestar serviços à Escola de Engenharia, como Instrutor de Ensino Superior, com o salário equivalente ao vencimento do nível 19.º. — Prof. *Aluísio Pimenta*.

UNIVERSIDADE FEDERAL  
DE ALAGOASPORTARIAS DE 26 DE ABRIL  
DE 1966

O Vice-Reitor da Universidade Federal de Alagoas, usando de suas atribuições, resolve:

N.º 92 — Designar o Professor Paulo de Albuquerque, eleito pela Congregação da Faculdade de Direito desta Universidade, em sessão de 15 de abril de 1966, na forma do item "b" do artigo 73 do Regimento dessa Faculdade, para exercer por três anos, o cargo de Suplente de Representante da Congregação daquela unidade universitária junto ao Conselho Universitário.

N.º 93 — De acordo com o letra "u" do artigo 24 do Estatuto da Universidade, tornar sem efeito, a partir de quatorze (14) do mês em curso, a

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
E CULTURAPortaria n.º 135, de 28 de julho de  
1964.

N.º 94 — Designar o Professor Osvaldo de Miranda Barros, eleito pela Congregação da Faculdade de Direito desta Universidade, em sessão de 15 de abril de 1966, na forma do item "b" do artigo 73 do Regimento dessa Faculdade, para exercer por três anos, o cargo de Representante da Congregação daquela Unidade Universitária junto ao Conselho Universitário. — *Milton Gonçalves Ferreira*.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO  
ESTADO DO RIO DE JANEIROPORTARIAS DE 11 DE MAIO  
DE 1966

O Reitor da Universidade Federal Fluminense, no uso de suas atribuições legais, resolve:

N.º 48 — Autorizar o retorno a esta Reitoria, do servidor Indio Brasileiro Rocha, Técnico Auxiliar de Mecanização, nível 9, do Q. P. — P.P. do M.E.C., cessando as atribuições de Assessor para Assuntos do Pessoal, junto à direção do Hospital Universitário Antônio Pedro, e designá-lo para ter exercício no Gabinete do Reitor, a partir de 14 de abril do corrente ano. — *Argemiro de Oliveira*.

PORTARIA DE 27 DE MAIO  
DE 1966

O Reitor da Universidade Federal Fluminense, no uso de suas atribuições previstas na alínea "v" do art. 27, do Estatuto aprovado pelo Decreto número 52.292, de 24 de julho de 1963, combinado com o art. 8.º do Decreto número 54.008, de 8 de julho de 1964, e de acordo com o Estatuto do Magistério Superior e tendo em vista o que consta do Processo n.º 2.446-65 desta Reitoria, resolve:

N.º 62 — Conceder aposentadoria, de acordo com o art. 176, item II, da Lei n.º 1.711, de 28 de outubro de 1952, combinado com os arts. 184, item II, da mencionada Lei e 53, item II, da Lei n.º 4.881-A, de 6 de dezembro de 1965, a Paulo Gomes Gouvêa, matrícula número 1.618.589, no cargo de Assistente de Ensino Superior, Código EC-503, nível 20 (com proventos de Professor de Ensino Superior, nível 22, de acordo com o Decreto n.º 57.224, de 11 de novembro de 1965, publicado no D.O. de 12 seguinte), da Faculdade de Medicina, do Quadro Único de Pessoal desta Universidade. — *Argemiro de Oliveira*, Reitor.

## Faculdade de Veterinária

PORTARIA DE 19 DE JANEIRO  
DE 1966

O Diretor da Faculdade de Veterinária da Universidade Federal Fluminense, usando das atribuições regulamentares, e tendo em vista resolução da Congregação, resolve:

N.º 5 — Designar os Professores-Catedráticos Ernesto Antônio Matera, da Faculdade de Veterinária de São Paulo, Sylvio Bove, da Escola de Agronomia e Veterinária da Universidade do Paraná, Tomaz da Rocha Lagoa da Faculdade de Medicina da Universidade Federal Fluminense, Antônio de Souza Queiroz e Mário da Fonseca Xavier, desta Faculdade, para constituírem a Comissão Julgadora do concurso para Professor-Catedrático da 18.ª Cadeira deste estabelecimento, Propedêutica, Patologia, Clínica Cirúrgica, Obstetrícia. — *Domingos Abbés*, Diretor, Substituto.

INSTITUTO JOAQUIM NABUÇO  
DE PESQUISAS SOCIAISPORTARIA DE 28 DE FEVEREIRO  
DE 1966

O Diretor-Executivo do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento (Decreto n.º 50.433, de 10 de abril de 1961, art. 37), resolve:

N.º 1-A — Dispensar, a pedido, Estevão de Menezes Ferreira Pinto, da função de Assessor, da tabela de gratificação de representação de gabinete, deste Instituto, aprovado pela Portaria Ministerial n.º 80-65. — *Mauro Mota*.

PORTARIA DE 24 DE MARÇO  
DE 1966

O Diretor-Executivo do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, no uso das atribuições que lhe são

conferidas pelo Regimento (Decreto n.º 50.433, de 10 de abril de 1961, art. 37), resolve:

N.º 2-A — Dispensar, a pedido, Ana Maria Valença Rodrigues, da função de Assessor, da Tabela de Gratificação de Representação de Gabinete, da Diretoria-Executiva, deste Instituto, aprovada pela Portaria Ministerial n.º 80, de 31 de março de 1965, a partir de 1 de fevereiro do corrente ano. — *Mauro Mota*.

PORTARIA DE 1 DE ABRIL  
DE 1966

O Diretor-Executivo do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento (Decreto n.º 50.433, de 10 de abril de 1961, art. 37), resolve:

N.º 3 — Dispensar, José Augusto de Souza Peres, da função de Assessor, da Tabela de Gratificação de Representação de Gabinete, da Diretoria-Executiva, deste Instituto, aprovada pela Portaria Ministerial n.º 80, de 31 de março de 1965, a partir de 1 de março do corrente ano. — *Mauro Mota*.

MINISTÉRIO DO TRABALHO  
E PREVIDÊNCIA SOCIALINSTITUTO DE APOSENTADO  
RIA E PENSÕES DOS FER-  
ROVIÁRIOS E EMPREGADOS  
EM SERVIÇOS PÚBLICOS

Relação DAG-LD N.º 36, de 1966

Atos do Presidente

PORTARIAS

N.º 9.913, de 9 de maio de 1966 — Exonera, a pedido, Ilka Bastos Vieira, Of. Adm., 12-A, mat. 6.675, da DE-SP. Proc. 7.930-66.

N.º 9.913, de 9 de maio de 1966 — Retifica a Port. IAPFESP-JI 7.437, de 19 de abril de 1965, para declarar que a aposentadoria de Albino Ferreira Pinto, inativo, enquadra-se nos arts. 176, I, e 184, III, da Lei n.º 1.711, de 1952, a vista de sua agregação, no símbolo 3-F. Proc. 5.711-65.

N.º 9.914, de 10 de maio de 1966 — Declara que Guilomar Elchemer, Te-soureiro-Auxiliar, foi nomeada para o cargo isolado de provimento efetivo e não como constou da Portaria IAPFESP-CA 83, de 12 de abril de 1961. Proc. 34.033-65.

N.º 9.916, de 10 de maio de 1966 — Declara que a nomeação de Lavinio Carlos Soares Ferreira, Cirurgião-Dentista, 17-A, da DE-SP, tem efeitos retroativos a partir de 2 de fevereiro de 1962, data da publicação do Decreto n.º 51.398-62. Proc. 5.354-64.

N.º 9.919, de 11 de maio de 1966 — Declara que Falk Sacavam de Brito, Médico, 18-A, fica aposentado nos termos do art. 184, III, da Lei n.º 1.711, de 1952, assegurados os vencimentos correspondentes ao símbolo 5-C, de Assistente do Departamento de Assistência Médica. Proc. 7.454-66.

N.º 9.920, de 11 de maio de 1966 — Exonera, a pedido, Hermeval Gomes Tocantins Maltz, Esc. 8-A, da DE-CE. — Proc. 5.685-66.

N.º 9.921, de 11 de maio de 1966 — Exonera, a pedido, Lígia Tenório Kiss, Of. Adm. 12-A, mat. 10.435, da DE-SP. Proc. 8.766-66.

N.º 9.923, de 11 de maio de 1966 — Declara que Enéas Diogo Ferraz, Escrivente 8-A, mat. n.º 4.122, da DE-MG, fica aposentado nos termos dos

arts. 176, II, § 2.º, e 178, III, § 5.º, da Lei n.º 1.711-52. Proc. 6.438-66.

N.º 9.929, de 17 de maio de 1966 — Declara que o nome da servidora nomeada para o cargo de Of. Administração 12-A, mat. 7.228, é Maria do Livramento Souza Brandão e não como constou da Port. IAPFESP-JI 9.396, de 29 de dezembro de 1965. — Proc. 9.038-66.

DEPARTAMENTO  
DE ADMINISTRAÇÃO GERAL  
— DAG

Determinação de Serviço

N.º 5.799, de 9 de maio de 1966 — Declara efetivado Octavio Humberto Domingues da Silva, Of. Adm., 12-A, a partir de 31 de março de 1966, retificação da DTS n.º 5.673, de 31 de março de 1966. Proc. 7.059-66.

N.º 5.803, de 9 de maio de 1966 — Declara efetivado em 13 de janeiro de 1966, Marcus de Luna Araújo Góes, Esc. 8-A, mat. 5.976, da DE-RJ. — Proc. 8.350-66.

N.º 5.807, de 11 de maio de 1966 — Agrega Zuleide Caldas Barbosa, Oficial Adm. 16-C, mat. 1.373, da DE-GB, com vencimentos do símbolo 3-F, correspondente ao cargo de Chefe da Seção de Comunicações, a partir de 14 de abril de 1966 considerando-se vago, automaticamente, o cargo efetivo de que era titular. Proc. 7.625-66.

N.º 5.806, de 11 de maio de 1966 — Declara vago o cargo de Médico, nível 21-A, a partir de 15 de janeiro de 1966, data do falecimento de Manoel Tancredo Rodrigues Barbosa, matrícula 7.944, da DE-SP. Proc. 32.901, de 1965.

N.º 5.809, de 13 de maio de 1966 — Declara efetivado em 1 de agosto de 1963, Custódio dos Reis e Souza, Médico, 21-A, mat. 7.559, da DE-GO. Proc. 8.295-66.

N.º 5.810, de 13 de maio de 1966 — Declara efetivado em 25 de janeiro de 1966, Gilberto de Oliveira, Esc. 8-A, mat. 5.126, da DE-BA. — Proc. 6.128, de 1966.

N.º 5.815, de 13 de maio de 1966 — Declara efetivado em 10 de junho de 1963, Ana Nogueira Gondim, Médica,

17-A, Retificação da DTS 1.992, de 12-9-63. Proc. nº 14.322-63.

Nº 5.819, de 17 de maio de 1966 — Declara efetivado em 6 de julho de 1965, William Kafuri, Médico, 21-A, mat. 5.536, da DE-GB. — Proc. 9.227 de 1966.

Nº 5.821, de 17 de maio de 1966 — Declara efetivado em 24 de abril de 1965, Norma Muylaert Torico, Insp. de Seguro, 19-A, mat. 4.252. Retificação da DTS 4.652, de 5 de maio de 1965. — Proc. 10.558-65.

Nº 5.823, de 18 de maio de 1966 — Declara efetivado em 2 de maio de 1966, Amaury Gualberto Teixeira, 12-A, mat. 5.280, da DE-MG. — Processo 9.857-66.

Nº 5.824, de 18 de maio de 1966 — Declara efetivado em 12 de abril de 1966, Romildo José Moro, Esc. 8-A, mat. 6.331. — Proc. 8.995-66.

Nº 5.825, de 18 de maio de 1966 — Declara efetivado em 7 de dezembro de 1965, Jayme Sarninsky, Médico, 21-A, mat. 4.972, da DE-RJ. — Processo 7.106-66.

Nº 5.826, de 18 de maio de 1966 — Declara efetivado em 13 de julho de 1965, Carlos Augusto Moreira, Médico, 21-A, mat. 4.783, da DE-PR. — Proc. 8.986-66.

### Relação DAG-DD nº 37, de 1966

#### Atos do Presidente

##### PORTARIAS

Nº 9.942, de 19-5-66 — Declara que o servidor aposentado Nicolau Jorge de Oliveira é Assistente de Enfermagem, 15-B, matrícula nº 420. Retificação da Port. IAPFESP-JI 9.774, de 15-4-66. (Proc. nº 9.350-66).

Nº 9.945, de 20-5-66 — Declara que Silvestre Santos, Tes. Aux. de 1ª Categoria matrícula nº 2.241 foi exonerado do Cargo em Comissão, 4-C, de Agente em Juiz de Fora. Retificação da Port. IAPFESP-CA-6.624-64. Processo nº 24.074-63.

#### DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL — DAG

##### Determinação de Serviço

Nº 5.828, de 19-5-66 — Declara efetivado em 3-2-66, Renato Santos Sobrinho, Esc. 8-A, matrícula nº 4.943, da DE-GO. Proc. nº 7.884-66.

Nº 5.830, de 19-5-66 — Declara efetivado em 27-3-66, Neyde de Almeida Lima, Téc. Contab. 13-A, matrícula nº 4.273, da AC. Proc. nº 9.500-66.

Nº 5.836, de 20-5-66 — Declara efetivado em 7-9-64, Francisco Tarcisio Ribeiro Vieira, Retificação da DTS-DAG 4.514, de 26-3-65. Processo nº 24.882-64.

Nº 5.837, de 20-5-66 — Declara efetivado em 4-9-65, Marilene Lessa, Escriturária, 8-A, matrícula nº 5.971, da DE-RJ. Proc. nº 9.721-66.

Nº 5.838, de 20-5-66 — Declara que a servidora Elza Oliveira Mundurucu, Servente, 5, matrícula nº 6.122, da DE-BA, passa a estável em 24 de dezembro de 1962 — Art. 1º do Decreto nº 45.360-56. Processo nº 10.382-65.

Nº 5.839, de 20-5-66 — Declara efetivado em 11-4-65, José Wazen Rocha, Médico, 21-A, matrícula nº 4.329, da DE-GB. Proc. nº 9.392-66.

Nº 5.840, de 23-5-66 — Declara efetivado em 16-11-65, Neide Godoy e Vasconcelos, Esc., 8-A, matrícula número 4.429, da DE-PE. Proc. número 9.989-66.

Nº 5.846, de 24-5-66 — Declara vago o cargo de Esc., 8-A, a partir de 23-4-66, data do falecimento de João dos Santos, matrícula nº 5986, da DE-RJ. Proc. nº 9.828-66.

Nº 5.847, de 24-5-66 — Declara efetivado em 13-7-65, Mário Ignácio Lazarotto, Esc. 8-A, matrícula nº 8.489. Retificação da DTS-DAG 5.468, de 1 de fevereiro de 1965. Proc. nº 33.765, de 1965.

#### ENQUADRAMENTO

Alvaro do Couto Rosa, Médico, Inativo, 21-A, da série de classes de Médico. Lei nº 4.345-64. Proc. número 22.529-64.

### INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS EMPREGADOS EM TRANSPORTES E CARGAS

#### Relação CAGB nº 82, de 1966

##### JUNTA INTERVENTORA

##### Conselho Administrativo

RJ — Nº 2.662 — 20.4.66 — Concede ao servidor Hélio Palhares, mat. 76, técnico de administração, nível 20, os benefícios da Lei 1.741, de 22.11.52, a partir do dia imediato ao da exoneração do último cargo exercido, devendo o DAG apostilar o seu título com o símbolo 4-C, na forma do que dispõe o § 2º, do art. 1º, do Decreto 990-62.

#### ATOS DO PRESIDENTE

Portarias de 9 de maio de 1966:

Nº 63.435 — Torna sem efeito as portarias n. 61.711, 61.713, 61.716, .. 61.718, 61.719, 61.720 e 61.725, de 9.9.65, que nomearam, respectivamente, os concursados José Maria Golabeira, Reinaldo Antonio Araujo, Miguel Santos Neto, Cassimiro Barreira Lopes, Waldimir Quadros Santos, Francisco Reis Maia e Edna Corrêa Lima, para o cargo de servente, nível 5, com lotação na Delegacia

Estadual na Bahia, em virtude de não terem tomado posse no prazo legal.

Nº 63.436 — Torna sem efeito a portaria 61.382, de 28.6.65, que nomeou a concursada Elza Costa Ferreira Souza Silva, para o cargo de datilógrafo, nível 7, com lotação na Delegacia Estadual em Pernambuco, em virtude de não haver tomado posse no prazo legal.

#### ATOS DOS DELEGADOS ESTADUAIS

##### Minas Gerais

Portaria nº 200 — 11.3.66 — Designa o oficial de administração AF-201, Rubens Lauria, mat. 10.386, para responder pelo expediente da Agência de tabara, enquanto erduar o impedimento do respectivo titular da Chefia do Orgão Local.

Portarias de 2.5.66: nº 215 — Dispensa a escriturária, nível 10, Teresinha Macedo Costa, nº 2.006, da função de substituta eventual de Chefe da Agência de Juiz de Fora, a contar de 8.7.65; nº 216 — Designa o escriturário, nível 10, Wilson Sales Poptilho, nº 3.463, para substituto eventual da Agência da Juiz de Fora, a contar de 8-7-65.

##### Rio Grande do Sul

#### PORTARIAS DE 3.5.66

Nº 270 — Exonera o servidor Mário Damasceno Teixeira, agregado .. 6-C, mat. 12.251, do cargo de Diretor da Divisão de Administração Geral, símbolo 7-C, nº 271 — Nomeia Waldemar Adão Guilherme Ritter, mat. 2.643, nível 12-A, para o cargo de Diretora Divisão de Administração Geral, símbolo 7-C, dispensando-o da função de Chefe da Agência em Caxias do Sul; nº 272 — Designa o servidor Lauriano Gomes de Almeida, agregado, 4-C, mat. 1.009, para

a Chefia da Agência em Caxias do Sul, símbolo 3-F; nº 273 — Nomeia o servidor Ruy Marques Teixeira, nível 14-B, mat. 1.296, para o cargo de Diretor da Divisão de Benefícios, símbolo 7-C, dispensando-o da função de Chefe da Agência em Pelotas; nº 274 — Designa o servidor Arthur Luzardo Filho, nível 10-B, mat. 3.009, para a função de Chefe da Agência em Pelotas, símbolo 2F; nº 2875 — Designa o servidor Almiro Damiani Búrigo, nível 8-A, para a função de Chefe da Agência em Santa Cruz do Sul, 7-F, dispensando-o de Chefe da Habilitação da Divisão de Benefícios; nº 276 — Designa o servidor Hélio Muniz Pagundes, nível 14-B, mat. 11.759 para a função de Chefe da Seção de Habilitação, 6-F, exonerando-o do cargo de Diretor da Divisão de Benefícios; nº 277 — Dispensa o servidor Lindolfo Pinheiro da Cunha, 22.C, mat. 1.502, da função de Chefe da Agência em Rio Grande; número 278 — Designa o servidor Cláudio Forte Paraunhos, nível 10-B, mat. 2.030, para a função de Chefe da Agência em Rio Grande, 2-F, dispensando-o da Chefia da Agência em Santa Cruz do Sul; nº 279 — Dispensa o servidor Arthur Fernando Vilarino, nível 8-A, mat. 12.430, da função de Chefe da Seção de Inscrição da Divisão de Benefícios; o número 280 — designa o servidor Justo de Souza Nunes, nível 10-B, matrícula 11.907, para a função de Chefe da Seção de Inscrição da Divisão de Benefícios, 6-F.

### Relação CAGB nº 83, de 1966

#### JUNTA INTERVENTORA NO C. A.

##### Ato do Presidente

Portaria 63.437, de 9.5.66: Exonera Maria Isabel Lima Cardoso, número 16.727, do cargo de Escrevente-Datilógrafo, nível 7, a contar de 27.5.65, face a sua nomeação, em caráter efetivo, para o cargo de Escrevente-Datilógrafo, efetuada pela Portaria 60.846, de 28.4.65.

#### ATOS DOS DIRETORES DE HOSPITAIS

##### Hospital General Vargas — GB

Portarias de 26.4.66: 230 — Aposenta o Médico Wander Santiago da Nóbrega, nº 10.996, com os proventos correspondentes ao nível 22, mais Cr\$ 94.500 (noventa e quatro mil e quinhentos cruzeiros) referentes a quinquênios e Cr\$ 16.000 (dezessete mil cruzeiros), referentes a salário-família; 231 — Aposenta o Farmacêutico, número 2.388, Osny Nunes da Silva, com os proventos correspondentes ao símbolo 21, mais Cr\$ 84.500 (oitenta e quatro mil e quinhentos cruzeiros), referentes a salário família; e 232 — Aposenta o Dentista, nº 695, José Alves Ferraz, com os proventos do nível 22, mais Cr\$ 94.500 (noventa e quatro mil e quinhentos cruzeiros), referentes a quinquênios e Cr\$ 24.000 (vinte e quatro mil cruzeiros), referentes a salário família.

Retificação: No DOU (Seção I — Parte II), página 757, Portarias 206, 208, 210, 211 e 214, onde se lê cargo gratificado, leia-se :função gratificada; Portaria 216, onde se lê matrícula 5.249, leia-se: nº 5.349; e Portaria 220, onde se lê: nível 14-B, leia-se: nível 16C.

Portaria 03-66 — Concede aposentadoria por tempo de serviço ao Médico, nível 22, Luiz Campelli, número 12.933, de acordo com o art. 78, § 1º, art. 176, item II e art. 184, item II, da lei 1.711-52. Portaria 04-66. — Concede aposentadoria por invalidez a Escrevente-Datilógrafa, nível 7, Armando Alba Carvalho de Medeiros, fixando o benefício em Cr\$ 33.666 (trinta e três mil seiscentos e

# REGULAMENTO

## PARA A COBRANÇA E FISCALIZAÇÃO DO IMPÓSTO DE RENDA

DECRETO Nº 58.400, DE 10-5-1966

Divulgação nº 965

PREÇO: 800

A VENDA

Na Guanabara

Seção de Vendas: Avenida Rodrigues Alves nº 1

Agência I: Ministério da Fazenda

Atende-se a pedidos pelo Serviço de Reembolso Postal

Em Brasília

Na sede do D. I. N.

resenta e seis cruzeiros) mensais, de conformidade com a RS nº 13569, mais um quinquênio (Cr\$ 5.050) e Cr\$ 24.000 (vinte e quatro mil cruzeiros) referentes a salário família. DTS-7-A, de 11.2.66: Concede, a partir de 31.1.66, ao Médico Stello Cascaes Boabaid, nível 21, licença para cumprimento de cargo eletivo, até a data em que perdurar seu mandato de Prefeito de Tubarão.

**Relação CAGB nº 84, de 1966**

**JUNTA INTERVENTORA NO C. A.**

**Atos do Presidente**

Portaria de 11 de maio de 1966: 63.441 — Dispensa Bernardina Marcori, número 16.831, de Enfermeira contratada, amparada pela Lei número 4.069, de 1962, a contar de 6 de dezembro de 1965, face a sua nomeação efetuada pela Portaria número 62.413, de 21 de outubro de 1965. 63.442 — Torna sem efeito as Portarias números 62.533 e 62.534, de 8 de novembro de 1965, que nomearam, respectivamente, Sebastião Itamar dos Santos e Carmem Antunes dos Santos para o cargo de Atendente, nível 7, em face de não terem tomado posse no prazo legal. 63.443 — Torna sem efeito as Portarias números 62.660, 62.662 e 62.664, de 24 de novembro de 1965, que nomearam, respectivamente, Maria do Socorro Vale Tavares, João Luiz da Cruz Dias e Maria Onyde Santos, para o cargo de Oficial de Administração, nível 12-A, em face de não terem tomado posse no prazo legal. 63.444 — Torna sem efeito a Portaria número 60.133, de 25 de novembro de 1964, que nomeou Antonio Leite de Souza para o cargo de Atendente, nível 7, em face de não haver tomado posse no prazo legal. 63.445 — Torna sem efeito a Portaria número 60.376, de 9 de dezembro de 1964, que nomeou Agenor Borges e Silva para o cargo de Escrevente-Dactilógrafo, nível 7, em face de não haver tomado posse no prazo legal. 63.446 — Torna sem efeito a Portaria número 61.164, de 18 de junho de 1965, que nomeou Miguel Cavalcante de Oliveira, para o cargo de Escriurário, nível 8-A, em face de não haver tomado posse no prazo legal. 63.447 — Torna sem efeito as Portarias números 61.329 e 61.335, de 28 de junho de 1965, que nomearam, respectivamente, Joaquim Antonio Castro e Antonio Walderes de Azeiteiro Souza, para o cargo de Dactilógrafo, nível 7-A, em face de não terem tomado posse no prazo legal. 63.448 — Exonera a pedido, o Atendente, nível 7, Itaely Pereira da Silva, número 18.254, a contar de 23 de novembro de 1965. 63.449 — Exonera, a pedido, o Escrevente-Dactilógrafo, nível 7, Cassio Alberto Moraes Barbosa, número 16.297, a contar de 24 de fevereiro de 1966. 63.450 — Exonera, a pedido, a Enfermeira-Auxiliar, nível 8, Guaraciaba Andrade Proença, número 11.715, a contar de 1 de abril de 1966. 63.451 — Exonera, a pedido, o Fiscal de Previdência, nível 17-A, Ary Araújo de Santa Cruz Oliveira, nº 2.423, a contar de 1 de abril de 1966. 63.452 — Torna sem efeito as Portarias números 61.354 e 61.355, de 2 de julho de 1965, que nomearam, respectivamente, Carlos Augusto Figueiredo Salazar e Jeanette Rodrigues Paes, para o cargo de Atendente, nível 7, em face de não terem tomado posse no prazo legal.

**ATOS DO DELEGADO**

**São Paulo**

Portaria nº 272-66 — Dispensa o Diretor Agregado 6-C, João Pila, número 311, da função gratificada de Assistente Técnico de Delegado, símbolo 4-F, 273-66 — Nomeia o Diretor Agregado 6-C, João Pila, nº 311, para exercer o cargo em comissão, símbolo 6-C, de Diretor da Divisão de Administração Geral. Proc. nº 26.747-65.

**Relação CAGB nº 85, de 1966**

**JUNTA INTERVENTORA NO C. A.**

**Atos do Presidente**

**PORTARIAS DE 12-5-66**

Nº 63.453 — Designa, interinamente, para Delegado Estadual no Ceará, o servidor Milton Rissa Asfor, nº 9.318. Nº 63.454 — Exonera o servidor José Silveira Pinto, nº 936, do cargo, em comissão, de Delegado Estadual no Ceará.

**PORTARIAS DE 16-5-66**

Nº 63.458 — Dispensa, a pedido, o Médico contratado, Raynaldo Uate, amparado pela lei 4.069-62, a contar de 3-7-63. Nº 63.459 — Exonera Eni Taluá Tosca de Freitas, nº 16.684, do cargo de Escrevente-Dactilógrafo, interina, nível 7, a contar de 2-12-65, face a sua nomeação, em caráter efetivo, para Escrevente-Dactilógrafo. Portaria 60.336, de 8-12-64. Nº 63.460 — Torna sem efeito as Portarias 61.384 e 61.385, de 8-7-65, que nomearam, respectivamente, Elia Florencio de Moura e Gilma Medeiros, para o cargo de Telefonista, nível 6-A, em face de não haver tomado posse no prazo legal. Nº 63.461 — Torna sem efeito as Portarias 60.987 e 60.993, de 19-5-65, que nomearam, respectivamente, Francisco Correia Lima e Giovanni Paes Galindo, para o cargo de Atendente, nível 7, em face de não terem tomado posse no prazo legal. Nº 63.462 — Torna sem efeito as Portarias 61.323 e 61.324, de 28-6-65, que nomearam, respectivamente, Edelson de Almeida Andrade e Josefa Araujo da Silva, para o cargo de Dactilógrafo, nível 7-A, em face de não terem tomado posse no prazo legal. Nº 63.463 — Torna sem efeito a Portaria número 61.159, de 18-6-65, que nomeou Anaide Pinheiro Banja para o cargo de Escriurário, nível 8-A, em face de não terem tomado posse no prazo legal. Nº 63.464 — Torna sem efeito as Portarias ns. 62.865, 62.866 e 62.670, de 24-11-65, que nomearam, respectivamente, Yara de Aquino Silva, José Marcos de Castro e Gerson Barbosa Ferreira, para o cargo de Oficial de Administração, nível 12-A, em face de não terem tomado posse no prazo legal. Nomeia, de acordo com o art. 12, II, da lei número 1.711-52, os seguintes concursados: Portaria 63.465 — Maria de Lourdes Soares do Rosário para o cargo de Escrevente-Dactilógrafo, nível 7, com lotação na Delegacia Estadual do Pará, em virtude da desistência de Valério Molinaro. Portaria nº 63.466 — Benjamin Jorge da Silva e Souza, para o cargo de Escrevente-Dactilógrafo, nível 7, com lotação na Delegacia Estadual do Pará, em virtude da desistência de Dalmiro Machado. Nomeia, de acordo com o art. 12, II, da Lei 1.711-52, para o cargo de Escrevente-Dactilógrafo, nível 7, com lotação na Delegacia Estadual no Piauí, os seguintes concursados: Nº 63.467 — Margarida Maria dos Reis Mendes, em virtude da desistência de Omar Rocha dos Santos; Nº 63.468 — José Egidio Veloso Pedrosa, em virtude da desistência de Maria José de Souza; Nº 63.469 — Edmilson Barbosa de Miranda, em virtude da desistência de Rosmar Gomes e Nº 63.470 — José Herbert Pires de Carvalho, em virtude da desistência de Ivete de Oliveira Godoy.

**INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS INDUSTRIÁRIOS**

**Relação DCD nº 2, de 1966**

**PORTARIAS**

**Do Presidente:**

Nº 89.030, de 11-5-66 — Exonera, a pedido, o Procurador Renato Gomes Machado nº 7.424, do cargo de De-

legado, 4-C, que exerce no Estado do Rio de Janeiro; 89.038, de 17-5-66 — Nomeia o Procurador Murilo Portugal, nº 7.465, para exercer, no Estado do Rio de Janeiro, o cargo de Delegado, 4-C.

**Determinação de Serviço**

**Contadoria-Geral:**

Nº 1.383, de 4-5-66 — Nomeia Orlando Gonçalves, nº 4.463, para o cargo de Assistente Técnico, 5-C, ficando conseqüentemente, exonerado do cargo de Chefe do Serviço de Valores Imobilizados; 1.384, de 4-5-66 — Nomeia Thereza Coelho de Segadas Vianna, nº 483, para o cargo de Chefe do Serviço de Valores Imobilizados 6-C; 1.385, de 4-5-66 — Designa Zaira Morrado de Freitas, nº 3.037, para a função de Chefe de Seção de Controle de Imóveis, 3-F, a partir de 4 de maio de 1966; 1.387, de 10-5-1966 — Exonera, a pedido, Alvaro de Azevedo Lima, nº 22, do cargo de Assistente Técnico, 5-C, a partir de 10 de maio de 1966; 1.388, de 10-5-66 — Designa Edvard Pinto Ribeiro, nº 999, para a função de Auditor, 2-F, a partir de 10-5-66.

**DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL**

Nº 11.596, de 11-5-66 — Designa os funcionários abaixo para exercer, a partir daquela data, as seguintes funções: *No Gabinete do Diretor* — Norival Pazzini, nº 623, Chefe de Seção de Secretaria da Comissão de Promoção 6-F; *na Divisão de Movimentação e Treinamento de Pessoal* — Maria Cecília Soares da Silva, nº 18.748, Secretária da Comissão de Acesso. 1º-F; *na Divisão de Material* — Serviço de Controle Financeiro — Nave de Souza Bessa, nº 14.760, Chefe de Seção de Controle Orcamentário de Serviços e Encargos, 5-F; Serviço de Controle de Compras e Locações — Elza Costa Pinto dos Santos Andrade, nº 669, Chefe de Seção de Revisão de Processamento de Concorrências, 5-F; *na Divisão de Documentação e Publicações* — Innocencio Vasco Pereira, número 13.144, Auxiliar de Gabinete 12-F; *na Divisão de Serviços Auxiliares* — Serviço de Material — Alcino de Paula Vianna, nº 14.727, Chefe de Seção de Análise, Parecer e Revisão 4-F; Maria Alice Soares Campello nº 8.208, Encarregada de Turma de Aceitação e Controle, 6-F; *na Divisão de Administração Local* — Nery de Lima Cabral, nº 10.143, Secretária do Diretor de Divisão, 11-F; Serviço de Assistência Médico-Social — Antecly Fuste Ribeiro, nº 10.947, Encarregada do Setor de Assistência. 10-F; e Alzira de Lima Chaves, nº 13.331, Encarregada do Setor de Orientação. 10-F; 11.514, de 17-5-66 — Exonera a pedido, Suzana Moura de Carnos Mello, nº 193, do cargo de Chefe do Serviço de Treinamento de Pessoal, 6-C, da Divisão de Movimentação e Treinamento de Pessoal.

**DEPARTAMENTO DE APLICAÇÃO DO PATRIMÔNIO**

Nº 7.566, de 2-5-66 — Dispensa Edmar Porto Penna de Carvalho, número 5.471, a contar de 16-4-66, da função de Chefe da Seção de Construção e Fiscalização do Serviço de Obras da Div. de Engenharia; 7.567, de 2-5-66 — Designa João Batista Mângia, nº 744, para exercer a função de Chefe da Seção de Construção e Fiscalização do Serviço de Obras, da Divisão de Engenharia.

**Inspetoria-Geral:**

Nº 508, de 10-5-66 — Dispensa Nair de Carvalho Pinto, nº 1.849, da função de Chefe de Seção, 7-F.

**Demissão:** Odila Gema Barbisan Leães, nº 16.703, ocupante do cargo de Tesoureiro-Auxiliar, nível 16, em São Bernardo do Campo, no Estado de São Paulo; Salathiel Teixeira Rollins, nº 43.573, ocupante do cargo de Servical, classe "A", nível 5, no Estado da Guanabara; Thomaz Gonzalez Represas, nº 43.571, ocupante do cargo de Zelador, classe "A", nível 7, no Estado da Guanabara; e Osmar Sampaio de Almeida Santos, nº 11.631, ocupante do cargo de Escriurário, nível 8, em Pelotas, no Estado do Rio Grande do Sul, previstas no artigo 201, inciso V, da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952.

**Portaria tornada sem efeito:** Portaria nº 82.334, de 14-4-64 que aplicou a penalidade de demissão "a bem do serviço público", ao funcionário Almir Walendowski, nº 10.501, em virtude de já ter sido aplicada ao servidor em causa idêntica penalidade, através da PT nº 79.929, de 14-11-63.

**Concessão de aposentadoria:** Antônio Jerônimo, nº 16.935, ocupante do cargo de Guarda, nível 10, no Estado da Guanabara, na forma do artigo 176, inciso I, combinado com o artigo 181, da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952.

**DIVISÃO DE MOVIMENTAÇÃO E TREINAMENTO DE PESSOAL**

**Relação nº 32, de 1966**

**Vacância:** Foram exonerados, a pedido, os seguintes funcionários: Antonio Guilherme Paula Santos de Azevedo, 19.781, a contar de 23 de fevereiro de 1966, do cargo de Escriurário, nível 8, no Estado de S. Paulo; Jandyra Dania de Faro, 9.778, a contar de 3-2-66, do cargo de Escriurário, nível 10, na DE do Estado de S. Paulo; Efigênia Lúcia de Oliveira Caldeira, 19.123, a contar de 2-2-66, do cargo de Escriurário, nível 8, na DE do Estado de Minas Gerais; Gordon Veloso Lopes, 11.560, a contar de 9 de março de 1966, do cargo de Escriurário, nível 8, na DE no Estado de Minas Gerais; Jair Alípio Vieira, 21.352, a contar de 21-1-66, do cargo de Escriurário, nível 8, no Estado de S. Catarina; Helga Burkhardt, 13.665, a contar de 12-3-66, do cargo de Escriurário, nível 8, no Estado de Santa Catarina; Avany Benedita Bontim, 22.328, a contar de 19-3-66, do cargo de Atendente, nível 7, no Estado da Bahia; Paulo Cezar Moscozo, 42.538, a contar de 13-8-65, do cargo de Mensageiro, nível 1, no Estado da Guanabara.

No Diário Oficial de 20-5-66 façam as seguintes:

**Retificação**

Incluir, encimando a palavra Nomeação, por haver sido omitido: Relação DAG-25.

**Demissão**

Onde está: Carlos Alberto Curq, número 12.293, Alice Salvador Busato em vaga de ocupante do cargo de Tesoureiro-Au no Estado do Paraná, tendo em vista o inciso V do art. 201, combinado com o art. 209 da Lei 1.711, de 28-10-52, a contar de 4-3-66, leia-se: Carlos Alberto Curq, nº 12.293, ocupante do cargo de Tesoureiro-Auxiliar, na Agência em Ponta Grossa, Estado do Paraná, tendo em vista o inciso V do art. 201, combinado com o art. 209 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, a contar de 4 de março de 1966.

**DGT-25**

Onde está: Relação DAG-25, leia-se: Relação DGT-25.

**Vacância**

Onde está: Carlos Augusto da Rocha Pereira, nº 41.184, a contar de 20 de fevereiro de 1966, do cargo de Escrevente-Dactilógrafo, nível 5, na DE em Goiás, leia-se: Carlos Augusto da

Rocha Pereira, nº 41.184, a contar de 20 de fevereiro de 1966, do cargo de Escrevente-Dactilógrafo, nível 7, na DE no Estado de Pernambuco.

### Relação DAC nº 35

#### Nomeações:

Tendo em vista a autorização do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, exarada nas Exposições de Motivos ns. 159-65, publicada no *Diário Oficial* de 27-5-65 (Processo MTPS-188.528-64), e 3, publicada no *Diário Oficial* de 13-11-64 (Processo n.º 188.564-64) e no Processo PR-32.967-64, publicada no *Diário Oficial* de 2-12-64, estão sendo providenciadas as seguintes nomeações para os cargos e locais indicados: *Motorista*, classe "A", nível 8, concurso a que se refere a PT-DASP 348-61: João Machado de Oliveira, José Claudino de Araújo Filho e Nilo Eugênio da Anunciação, no Estado da Guanabara, em vagas decorrentes das promoções de Lázaro da Silva Passos, nº 18.355, Fernando Rodrigues Barbosa, nº 18.344 e Heraldo Ferreira Sant'Anna, nº 18.348, respectivamente; e Raimundo Nonato Lima, no Estado de São Paulo, em vaga decorrente da promoção de Moacir Siqueira, nº 16.251. *Laboratorista*, classe "A", nível 8, concurso a que se referem os Editais DSA-969-64 e DSA-945-64 do DASP: Francisco Eduardo D'Elia Filho, no Estado do Rio Grande do Sul e Maria Moreira de Araújo, no Estado do Ceará, em vagas abertas com a passagem dos funcionários nomeados em caráter interino, Jeni Seligman, nº 42.222 e Zenon Meireles, nº 41.032, para a excedência no Quadro de Pessoal do Instituto, por analogia com a situação prevista no art. 5º da Lei nº 4.054, de 2-4-62. *Escriturário*, classe "A", nível 8, concurso a que se refere o Edital DSA-1.197-64, do DASP: Maria de Lour-

des Silva Quintella de Lima, em vaga decorrente da exoneração de Dimas Mariano Angelo, nº 12.224 e Rudolpho Wagner, em vaga criada pelo Decreto nº 51.575, de 8-11-62, no Estado de Alagoas; Antônio José Brito de Góes, no Estado de Sergipe, em vaga decorrente da exoneração de Guilomar Abreu Cezar, nº 12.917; Inês de Lima Camperi no Estado do Amazonas, em vaga decorrente da exoneração de Sueli de Oliveira Eckert, nº 12.106; e Conceição de Maria Marques, no Estado do Rio Grande do Norte, em vaga criada pelo Decreto nº 51.477, de 29-5-62.

#### Readmissão:

Tedda Monteiro Soares, nº 4.241, no cargo de Escriturário, classe "A", nível 8, em Brasília, Distrito Federal, exercido anteriormente em virtude de aprovação em concurso público de provas, em vaga criada pelo Decreto nº 51.576, de 8-11-62.

#### Portaria tornada sem efeito:

Portaria nº 72.512, de 23-8-62, ficando, conseqüentemente, restabelecidos os feitos da Portaria nº 68.151, de 30-5-62, que aquiparou o Médico Ramiro Goldenstein, aos extranumerários mensialistas, a contar de 19 de dezembro de 1961, de acordo com a Lei nº 3.483, de 8-12-58 e aos funcionários efetivos na forma da Lei nº 2.264, de 11-8-54.

### Relação DAG 36

#### Nomeação:

Tendo em vista a autorização do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, exarada na Exposição de Motivos nº 347-65 (Processo MTPS 155.535-65), publicada no *Diário Oficial* de 26-10-65, está sendo nomeado Ewton Einar Bazanini, para o cargo de Oficial de Administração, classe "A", nível 12, concurso a que se refere a PT-DASP nº 278-63, no Es-

tado do Paraná, em vaga decorrente da exoneração de Héstia Novo Vargas, nº 20.776.

#### Concessão de Aposentadoria:

Paulo de Barros Franco, nº 73.029, ocupante do cargo de Médico, nível 20, no Estado do Rio de Janeiro, na forma do art. 176, inciso I, combinado com o art. 181 da Lei nº 1.711, de 28-10-52; Armando Casimiro, número 16.346, ocupante do cargo de Servente, nível 5, no Estado da Guanabara, na forma do art. 176, inciso III, parágrafo 2º, combinado com o art. 178, inciso III, da Lei 1.711, de 28-10-52.

#### Portaria tornada sem efeito:

Portaria nº 85.060, de 25-1-65, referente ao candidato Geraldo Teixeira de Souza, ficando, conseqüentemente, restabelecidos os efeitos da Portaria nº 82.424, de 22-4-64, que o nomeou para o cargo de Escriturário, nível 8, em Caeté, no Estado de Minas Gerais.

### Relação DGD. 16/66

#### DETERMINAÇÕES DE SERVIÇO

#### DEPARTAMENTO DE ACIDENTES DO TRABALHO

1.662, de 20 de junho de 1966. — Designa Maria Ignez Rodrigues Perisse, 9.375, para exercer a função de Secretária de Diretor de Departamento, 9-F, ptv. 1.664, de 20 de junho de 1966 — Nomeia Nativo Geraldo Ferreira da Silva, 6.528, para exercer o cargo de Assistente técnico, 5-C.

#### DELEGACIA NO RIO GRANDE DO SUL

14.159, de 15-6-66 — Designa Ary dos Santos, 14.885, para exercer a função de encarregado do setor de benefícios, 10-F, na agência em Estelo, ficando, conseqüentemente, dis-

pensado da função de Informante-Habilitador, 12-F Ptv 14.161, de 15 de junho de 1966 — Dispensa Cleon Teodoro Pinto Fernandes, 9.562, da função de chefe de seção de Secretaria, 7-F Ptv 14.162, de 15 de junho de 1966 — Designa Marco Túlio Menna Barreto de Mello, 12.723, para exercer a função de chefe da seção de Secretaria, 7-F, no Serviço de Perícias Médicas.

### CONSELHO FEDERAL DE ECONOMISTAS PROFISSIONAIS

#### RESOLUÇÕES DE 14 DE ABRIL DE 1966

O Conselho Federal de Economistas Profissionais, no uso de suas atribuições regulamentares, resolve:

Nº 166 — Aprovar o parecer do Conselheiro Dorillo Queiroz de Vasconcelos que conclua pela homologação das contas relativas ao exercício de 1965, do Conselho Regional de Economistas Profissionais da 10ª Região.

Nº 167 — Aprovar o parecer do Conselheiro Dorillo Queiroz de Vasconcelos que conclua pela aprovação das contas relativas ao exercício de 1965 do Conselho Regional de Economistas Profissionais da 4ª Região.

Nº 170 — Aprovar o parecer do Conselheiro Dorillo Queiroz de Vasconcelos que conclua pela homologação da Proposta Orçamentária para o exercício de 1966, do Conselho Regional de Economistas Profissionais da 5ª Região.

Nº 171 — Aprovar o parecer do Conselheiro Dorillo Queiroz de Vasconcelos que conclua pela homologação da Proposta Orçamentária do Conselho Regional de Economistas Profissionais da 3ª Região, para o exercício de 1966. — Manoel Ferreira Neto, Vice-Presidente.

# LEI Nº 4.345 — DE 26 DE JUNHO DE 1964

INSTITUI NOVOS VALORES DE VENCIMENTOS PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS DO PODER EXECUTIVO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

DIVULGAÇÃO Nº 911

PREÇO: Cr\$ 233

A VENDAS

Na Guanabara

Seção de Vendas: Avenida Rodrigues Alves nº 1

Agência I: Ministério da Fazenda

Atende-se a pedidos pelo Serviço de Recambólo Postal

Em Brasília

Na sede do D.I.N.



## INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ALCOOL

### Primeira Turma de Julgamento

ACÓRDÃO N.º 8.033

Autuados: 1.º) Irmãos Catanho da Silva. — 2.º) Dias Martins S. A.

Autuante: José Machado.

Processo: A.I. 641-60 — Estado de São Paulo.

*Açúcar encontrado em estabelecimento comercial, desacompanhado de documentação, é considerado clandestino, pelo que se julga boa e valiosa sua apreensão, nos termos do art. 60, letra b do Decreto-lei n.º 1.831, de 4.12.39. Provada, mediante exame de escrita, a procedência do açúcar apreendido em situação irregular, é de se impôr à vendedora a penalidade do artigo 42 do mesmo diploma legal, no grau máximo por se tratar de reincidente específico.*

Vistos relatados e discutidos estes autos em que são autuados Irmão Catanho da Silva, situado no quilômetro Sete da Rodovia Catanduva-Itajobi, e a segunda Dias Martins S. A., do Município de Catanduva, ambos do Estado de São Paulo, por infração ao art. 40 e art. 41 combinado com o art. 60, letras b e c, do Decreto-lei n.º 1.831, de 4.12.39, e a segunda por infração ao art. 42 e seus parágrafos do mesmo Decreto-lei, a autuante o Fiscal deste Instituto José Machado, a Primeira Turma de Julgamento da Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Alcool,

Considerando que o presente auto de infração foi lavrado pela Fiscalização do IAA contra as firmas Irmãos Catanho da Silva e Dias Martins S. A. Mercantil e Industrial, por haver a primeira infringido os artigos 40, 42 e 60, letra b do Decreto-lei n.º 1.831, de 4.12.1939 e a segunda deixado de observar a disposição do art. 42 e seu parágrafo do mesmo diploma legal, eis que aquela adquiriu a esta uma partida de 79 sacos de açúcar cristal de fabricação da Usina Catanduva, na safra 1957-58, desacompanhada da competente documentação legal;

Considerando que Irmãos Catanho da Silva, em suas alegações de defesa, confessou a situação irregular da mercadoria, não tendo a outra autuada — Dias Martins S. A. Mercantil e Industrial conseguido apresentar argumentação capaz de ilidir a infração;

Considerando que o exame efetuado pelo autuante na escrita de Dias Martins S. A. Mercantil e Industrial tornou plena a prova de que o açúcar apreendido, provinha do estabelecimento comercial dessa firma;

Considerando que Irmãos Catanho da Silva é infratora primária, ao passo que a firma Dias Martins S. A. Mercantil e Industrial é reincidente específica, conforme se verifica pelas informações de fls. 25-28;

Considerando o mais que dos autos consta:

Acorda, por unanimidade, em julgar procedente o auto de infração, para o fim de ser condenada a firma Irmãos Catanho da Silva à perda do açúcar apreendido, nos termos do art. 60, letra b, do Decreto-lei número 1.831, de 4 de dezembro de 1949, condenando, ainda, a firma Dias Martins S. A. Mercantil e Industrial à multa de Cr\$ 2.000 (dois mil cruzeiros), grau máximo do art. 42, do Decreto-lei citado, por ser reincidente específica. Intime-se, registre-se e cumpra-se.

## MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO

ACÓRDÃO N.º 8.035

Autuado: João Batista Liberal.

Autuantes: Ranulfo Cavalcanti Bezerra e outro.

Processo: A. I. 117-61 — Estado de Pernambuco.

*Considera-se clandestino o açúcar encontrado em estabelecimento comercial, desacompanhado de documentação, pelo que se condena a firma autuada à perda da mercadoria em situação irregular, nos termos do artigo 60, letra "b" do Decreto-lei n.º 1.831, de 4 de dezembro de 1939.*

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que é autuado João Batista Liberal, do Município de Tibira, Estado de Pernambuco, por infração dos artigos 40 ou 42, combinados com a letra "b" do artigo 60, do Decreto-lei n.º 1.831, de 4-12-39, e autuantes os Fiscais deste Instituto Ranulfo Cavalcanti Bezerra e outro, a outro, a Primeira Turma de Julgamento da Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Alcool,

Considerando que o auto de fls. 2 foi motivado pelo fato de haver a Fiscalização do IAA encontrado, no estabelecimento comercial de João Batista Liberal, desacompanhados de quaisquer documentos fiscais ou comerciais, dez sacos de açúcar cristal, todos da safra 1958-59, sendo 3 de fabricação da Usina Barra, 6 da Usina Aliança e 1 da Usina N. S. de Lourdes, pelo que procedeu à sua apreensão, por inobservância à disposição dos artigos 40 e 42, combinado com o art. 80, letra "b", do Decreto-lei n.º 1.831, de 4-12-39;

Considerando que o autuado, embora devidamente notificado, não apresentou suas alegações de defesa no prazo legal, devendo, portanto, o processo correr à revelia;

Considerando que a infração se encontra materialmente provada;

Acorda, por unanimidade, em julgar procedente o auto de infração, para condenar a firma autuada à perda do açúcar encontrado em situação irregular, nos termos do artigo 60, letra b do Decreto-lei 1.831, de 4 de dezembro de 1939. Intime-se, registre-se e cumpra-se.

Sala das sessões das Turmas de Julgamento da Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Alcool, aos treze dias do mês de abril do ano de mil novecentos e sessenta e seis. — José Maria Nogueira — Presidente Substituto. — Arrigo Domingos Falcone — Relator. — João Agripino Sobrinho.

Fui presente: — Francisco Mártire — Procurador.

Parecer do Dr. Procurador — "Pela procedência do auto, na forma do parecer. — Em 28-4-61. — Leal Guimarães".

### INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFÉ

O Presidente da Diretoria do Instituto Brasileiro do Café, no uso de suas atribuições legais, resolve:

#### PORTARIA DE 1 DE JUNHO DE 1966

Nº 0796 — Tendo em vista o que consta do proc. nº 43.279-65, determinar a instauração de Inquérito Administrativo para apurar as graves irregularidades atribuídas aos funcionários Hildebrando Francisco de Assis e Gerson Cabral de Cerqueira, lotado na Agência de Belo Horizonte, designando para esse trabalho, a seguinte Comissão: Júlio Marcio Duarte Corrêa, que funcionará como Presidente, Lan-

dulpho Alves Dornas e Natalino de Jesus Tavares, todos da mencionada dependência.

#### PORTARIAS DE 2 DE JUNHO DE 1966

Nº 0808 — Cancelar as Ordens P. 64-915, de 14-12-64 e 65-388, de 4 de maio de 1965, que determinaram a instauração de inquérito administrativo para apurar irregularidades que se teriam verificado no Armazém de Maringá, em virtude do indiciado, José Carlos Alberto Missi, subordinado à Agência de Curitiba, ter sido demitido "a bem do serviço", pela Ordem P. 66-13, de 5-1-66.

Nº 0809 — Tendo em vista o que consta do proc. nº 49.603-65, determinar a instauração de Inquérito Administrativo para apurar o procedimento do funcionário Antônio Marcos Chemin, lotado na Agência de Florianópolis, acusado de falsificação de assinaturas em diversos documentos e inúmeras e graves irregularidades funcionais, designando para esse trabalho, a seguinte Comissão: Gastão de Alencar Neves, Joaquim Correia de Moura, ambos desta Administração Central e Uralis José Tristão Gomes, da Agência de Angra dos Reis, sob a presidência do primeiro.

Nº 0810 — Determinar a instauração de Inquérito Administrativo para apurar as irregularidades praticadas pelo servidor Nelson Mendes Barbosa, da Agência de Santos, designando para esse trabalho, a seguinte Comissão: Arthur Porchat de Assis Filho, que funcionará como Presidente, José Stockler de Araújo e Mário Macedo, todos lotados na Agência de Santos.

#### PORTARIAS DE 3 DE JUNHO DE 1966

Nº 0816 — Dispensar, a pedido e com efeito a partir desta data, da função gratificada pelo Fiscal Supervisor, símbolo 6-F, da Agência de Santos, o Oficial de Administração, nível 16, Arthur Guarnieri, e designar, para a vaga decorrente, o Fiscal, nível 12, Emílio Nogueira Terra, mediante a percepção dos vencimentos correspondentes ao símbolo 6-F, também, a contar desta data.

Nº 0819 — Dispensar da função gratificada de Fiscal Supervisor, símbolo 6-F, da Agência de Santos, o Fiscal, nível 12, Luiz Petrovich.

#### PORTARIAS DE 6 DE JUNHO DE 1966

Nº 0822 — Cancelar a Ordem P. 66-371, de 16-3-66, que designou oativo, Nivaldo Gallo, para substituir o Delegado da Diretoria do IBC, símbolo 2-C, junto à Delegacia de Brasília, Antonio Frejat, com efeito a partir de 13-5-66, data em que este reassumiu o exercício de suas funções.

Nº 0823 — Designar o empregado Wilson Ribeiro Gonçalves para exercer as funções de Assessor, junto ao Gabinete do Diretor Napoleão Fontenelle da Silveira, mediante a percepção da Gratificação de Representação de Gabinete, no valor de Cr\$ 150.000 (cento e cinquenta mil cruzeiros), mensais.

Nº 0824 — Investir na função gratificada de Chefe da Seção do Pessoal, do Serviço de Administração, da Agência de Paranaguá, o Técnico de Contabilidade, nível 13, Nodier Francisco Mattano, mediante a percepção dos vencimentos correspondentes ao símbolo 5-F. Fica, cancelada a sua designação, objeto da Ordem P. 66-397, de 22-3-66.

Nº 0825 — Designar o Chefe da Seção de Análise e Controle de Financiamentos, símbolo 3-F, do Departamento de Assistência à Cafeicultura (DAC), Og José Tavares da Silva, para responder pelo cargo, em comissão, de Chefe da Divisão de Cooperativismo, símbolo 4-C, do citado Departamento.

mento, com efeito a partir de 2 de janeiro do corrente ano, mediante a percepção das vantagens regulamentares.

Nº 0828 — Exonerar, a pedido, do cargo de Trabalhador, nível 1, Edemar Rizzo, da Agência de São Paulo, com efeito a partir de 9-2-66.

Nº 0830 — Dispensar, com efeito a partir desta data, da função gratificada de Fiscal Supervisor, símbolo C-F, da Agência de Santos, o Oficial de Administração, nível 12, Eugênio Pimenta de Araújo.

Nº 0832 — Nomear uma nova Comissão para prosseguir os referidos trabalhos a fim de apurar as irregularidades praticadas pelo funcionário Oliveira Roriz, da Agência de Goiânia, designando para esse trabalho a seguinte Comissão: Eenedicto Octavio Amaral Santos, desta Administração Central, Hermes de Souza Netto e Antônio de Carvalho Pereira, ambos da Agência Rio, sob a presidência do primeiro.

#### PORTARIA DE 7 DE JUNHO DE 1966

Nº 0836 — Excluir o Senhor Karlos Heinz Rischbieter de membro da Comissão Consultiva de Política Agrícola (CPA), objeto da Ordem P. 65-1.157, de 2ª de novembro de 1965.

#### PORTARIAS DE 8 DE JUNHO DE 1966

Nº 0837 — Investir o Sr. Karlos Heinz Rischbieter no cargo, em comissão, de Chefe do Escritório do Instituto Brasileiro do Café em Hamburgo, República Federal da Alemanha, mediante a percepção das vantagens regulamentares. Pague-se-lhe a ajuda de custo equivalente a 2 (dois) meses do total de sua remuneração e mais as necessárias passagens, de acordo com a Resolução nº 229, de 23-2-62, da Junta Administrativa do ICB.

Nº 0838 — Dispensar do cargo, em comissão, de Assistente-Econômico e Comercial do Escritório do IBC em Beirute, o Economista, nível 20, Fernando Sarmento Martins e investi-lo no cargo, em comissão, de Chefe do citado Escritório, mediante a percepção das vantagens regulamentares correspondentes.

### INSTITUTO NACIONAL DO PINHO

#### PORTARIAS DE 25 DE MAIO DE 1966

O Presidente do Instituto Nacional do Pinho, no uso de suas atribuições, tendo em vista o que se contém no proc. nº 8.291-65, resolve:

Nº 2.182 — Aposentar o Auxiliar-Rural, nível 3, José Pereira de Paula, lotado no Parque Florestal Romário Martins, no Estado do Paraná, na forma do item III, art. 178, da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952.

Nº 2.183 — Aposentar o Auxiliar-Rural, nível 3, José Soares Moreira, lotado no Parque Florestal Romário Martins, no Estado do Paraná, na forma do item III, art. 178 da Lei número 1.711, de 28 de outubro de 1952. — *Sylvio Pinto da Luz*, Presidente.

#### RESOLUÇÃO Nº 513

A Junta Deliberativa do Instituto Nacional do Pinho, no uso de suas atribuições, e tendo em vista que na forma do disposto no art. 9º da Consolidação dos Atos que disciplinam os preços mínimos para exportação de madeiras, aprovada pela Resolução nº 482, alterada pelas de ns. 484, 489 e 502, os preços ali previstos são FOB e que qualquer majoração de taxas incidentes sobre embarques destinados ao exterior deve ser, no seu equivalente, acrescida aos preços estabelecidos naquele Ato.

Considerando que as taxas de emolumentos consulares, da República Argentina, equivalem a 1,5% (um e meio por cento) sobre o valor FOB da madeira de pinho brasileiro, resolve:

1º) Nos Contratos relativos à exportação de madeira de pinho, destinada ao mercado argentino, deverá constar expressamente que as despesas correspondentes às taxas ou emolumentos consulares fixadas pelo Governo da República Argentina, para serem recolhidas nos portos de origem ou nas localidades de destino da madeira, relacionadas com a aposição do "visto" consular nos documentos de exportação, correrão por conta do comprador.

2º) Nas Cartas de Crédito Irrevogável respectivas, deverá constar o valor integral, FOB, da mercadoria, calculado com base nos preços oficiais aprovados pelo INP acrescido da importância necessária ao pagamento das taxas ou emolumentos consulares.

3º) O "quantum" indispensável à cobertura das taxas ou emolumentos consulares será o constante da tabela baixada pelo Governo daquele país.

4º) Para efeito de registro das operações perante o INP, ou para fins de emissão da Licença de Exportação, os órgãos do Instituto e as Agências da CACEX deverão exigir o cumprimento da obrigatoriedade estabelecida nos artigos anteriores.

5º) Esta Resolução entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 16 de maio de 1966.

— *Sylvio Pinto da Luz*, Presidente.

#### RESOLUÇÃO Nº 5-4

O Presidente do Instituto Nacional do Pinho, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13, letras "a" e "d", do Decreto-lei nº 4.813, de 8 de outubro de 1942, e tendo em vista a decisão da Junta Deliberativa, na sua

4ª sessão, 50ª reunião, realizada em 13 de maio fluente, resolve:

1º) Atribuir aos pontos de escoamento da região Oeste, a partir de 13 do corrente, um contingente adicional mensal para madeira de pinho de IV, correspondente a 45% (quarenta e cinco por cento), calculado sobre a quantidade total de madeira do pinho de I e II (primeira e segunda), qualidades comprovadamente embarcada no mês anterior.

2º) Instituir o contingente mensal de 150.000 p2 (cento e cinquenta mil pés quadrados), para aquela região, destinado ao licenciamento da exportação de madeira de pinho resserado em peças com espessuras de até 7/8" (sete oitavos de polegada), para o mercado argentino.

3º) A distribuição das quotas relativas aos contingentes a que aludem os artigos anteriores será feita em função dos estoques existentes, nos termos das disposições das Resoluções ns. 479, 485 e 493, de 21-5-64, 15 de setembro de 1964 e 8-12-64, e da Portaria nº 871, de 8-12-64, e terá efeito a partir de 1 de outubro do corrente ano.

4º) Alterar de 10 para 15 de cada mês a data de distribuição prevista no parágrafo único do art. 1º da Resolução nº 479.

5º) A parcela do contingente do pinho resserado que, na forma do disposto no art. 2º e seus parágrafos da Resolução nº 480, de 21-5-64, é atribuída ao Estado do Paraná, passará a ser distribuída exclusivamente aos exportadores que operam nos portos do Atlântico, naquele Estado.

6º) Esta Resolução entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário e expressamente a Resolução nº 306, de 22-9-65.

Rio de Janeiro, 16 de maio de 1966.  
— *Sylvio Pinto da Luz*, Presidente.

# ATOS INSTITUCIONAIS

de 9 - 4 - 1964

de 27 - 10 - 1965

Atos Complementares n.ºs 1, 2 e 3

DIVULGAÇÃO N.º 953 - A

PREÇO: Cr\$ 220

A VENDA

Na Guanabara

Seção de Vendas: Av. Rodrigues Alves, 1

Agência: Ministério da Fazenda

Atende-se a pedidos pela Serviço de Recambios Postal

Em Brasília

Na sede do D.I.N.

**MINISTÉRIO  
DO TRABALHO  
E PREVIDÊNCIA  
SOCIAL**

**CONSELHO REGIONAL  
DE ENGENHARIA  
E ARQUITETURA**

**5ª Região**

**EDITAL Nº 1.312**

De ordem do Sr. Presidente, torno público para o conhecimento dos interessados, que em data de 29 de abril de 1966, foram lavrados por este Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura — 5ª Região, os seguintes autos de constatação de infração:

a) Por infração dos arts. 1º, 3º e 5º do Decreto nº 23.569, de 11 de dezembro de 1933:

ACI:

- Nº 24.509 — Santiago Sanz Ondate.
- Nº 24.518 — Paulo Marandei.
- Nº 24.519 — Dionísio Octacillo de Souza.
- Nº 24.520 — Thomé Pereira.
- Nº 24.521 — José Pereira Filho.
- Nº 24.522 — Jesus José de Rezende.
- Nº 24.523 — Alcides Benites.
- Nº 24.525 — Jadir Teixeira de Castro.
- Nº 24.527 — Jonas Renato Ribeiro de Andrade.

b) Por infração do art. 7º do Decreto nº 23.569 de 11 de dezembro de 1933:

ACI:

- Nº 24.507 — Carlos Cavalcanti de Albuquerque Silveira.
- Nº 24.511 — Jorge Cid Loureiro Filho.

c) Por infração do art. 7º (44º) do Decreto nº 23.569, de 11 de dezembro de 1933:

ACI:

- Nº 24.515 — Gilson Xavier da Silva.
  - Nº 24.530 — Raul Pinto Cardoso.
- d) Por infração do art. 8º do Decreto nº 23.569, de 11-12-33, com o artigo 4º da Resolução nº 141, de 23 de junho de 1964 do Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura:

ACI nº 24.529 — Ivo de Almeida Reis.

e) Por infração do art. 8º do Decreto nº 23.569, de 11-12-33:

ACI:

- Nº 24.490 — Country House do Brasil S. A.
- Nº 24.492 — Diuna & Sotér Engenharia Construções Ltda.
- Nº 24.493 — Empresa de Montagem Industrial Ltda.
- Nº 24.495 — Tele. Video Indústria Eletrônica Ltda.
- Nº 24.496 — Metalnave S. A. Comércio e Indústria.
- Nº 24.497 — Projetaç. Projetos e Construções Técnicas Ltda.
- Nº 24.498 — Frota Nacional de Petróleo (Petróleo Brasileiro S. A.).
- Nº 24.499 — Banco de Minas Gerais S. A.
- Nº 24.500 — Acar Arquitetura e Construções Ltda.

# EDITAIS E AVISOS

Nº 24.501 — Banco Mercantil da Guanabara.

Nº 24.502 — Lojas Americanas S.A.

Nº 24.505 — Cia. Territorial Riachuelo S. A.

Nº 24.512 — Companhia Lanificio Alto da Boa Vista.

f) Por infração do § 1º do art. 8º do Decreto nº 23.569, de 11 de dezembro de 1933:

ACI:

- Nº 24.488 — Construtora Vera Limitada.
- Nº 24.489 — Sociedade Instalações Industriais Ltda.
- Nº 24.491 — Predial Mayapan Limitada.
- Nº 24.494 — Asog Engenharia Comércio e Indústria Ltda.
- Nº 24.504 — Construtora Candelária Ltda.
- Nº 24.510 — J. Kiss & Cia. Ltda.
- Nº 24.514 — Sociedade Técnica de Instalações Ltda.
- Nº 24.528 — Termec Engenharia Limitada.

g) Por infração do art. 8º do Decreto-lei nº 3.995, de 31 de dezembro de 1941:

ACI:

- Nº 24.508 — Carlos de Oliveira Mello.
- Nº 24.524 — Wilson da Silva Gomes.
- Nº 24.526 — Wilson da Silva Gomes.
- Nº 24.516 — Wilson da Silva Gomes.

h) Por infração do art. 8º do Decreto nº 23.569, de 11 de dezembro de 1933, combinado com o Decreto-lei nº 8.620, de 10 de janeiro de 1946:

ACI:

- Nº 24.506 — Ishikawajima do Brasil S. A. Engenharia Comércio e Indústria.
- Nº 24.513 — Maveroy Indústria Metalúrgicas S. A.

i) Por infração do art. 1º do Decreto nº 23.569, de 11 de dezembro de 1933:

ACI nº 24.503 — Guilherme Zarur.

j) Por infração dos arts. 1º, 3º e 5º e 17º (44º) do Decreto nº 23.569, de 11-12-33:

ACI nº 24.517 — Manuel de Pinho.

Ficam os senhores interessados intimados a, dentro do prazo de trinta (30) dias, a contar da presente publicação, satisfazer o pagamento das multas constantes dos citados Autos ou apresentar a Defesa que tiverem, dentro do prazo, sob pena de serem julgados à revelia.

Rio de Janeiro, 20 de maio de 1966.  
— *Helio Lengruher Netto Machado*,  
Diretor da Divisão dos Serviços Gerais.

**EDITAL Nº 1.313**

De ordem do Sr. Presidente, torno público para o conhecimento dos interessados que em data de 6 de maio de 1966, foram lavrados por este Conselho Regional de Engenharia e Ar-

quitetura — 5ª Região, os seguintes Autos de Constatação de Infração:

a) Por infração dos artigos 1º, 3º e 5º do Decreto nº 23.569 de 11 de dezembro de 1933.

ACI:

- Nº 24.543 — Alice Amélia Crechi.
- Nº 24.544 — Edvard de Carvalho.
- Nº 24.547 — Rosália Christalia Mello Mattos.
- Nº 24.548 — José Carneiro de Oliveira.
- Nº 24.549 — Café e Bar Belegarde.
- Nº 24.556 — Dolores Delgado Vilhodes Grosso.
- Nº 24.560 — Emiliano de Oliveira Soares.
- Nº 24.566 — Astrogildo da Silva.
- Nº 24.570 — Joaquim José da Cunha.

b) Por infração do artigo 7º do Decreto nº 23.569 de 11.12.33.

ACI:

- Nº 24.531 — Empresa de Serviços Urbanos S. A.
- Nº 24.533 — Joaquim de Moraes.
- Nº 24.534 — Raul Andrade de Lima.
- Nº 24.535 — Marcus Casz.
- Nº 24.552 — Elevadores Cruzeiro do Sul.
- Nº 24.553 — Flávio Augusto Ribeiro Versiani.
- Nº 24.553 — Luiz Carlos de Moura.
- Nº 24.567 — Luiz Carlos de Moura.
- Nº 24.568 — Renato Cesar Bastos.

c) Por infração do artigo 7º (44º) do Decreto nº 23.569 de 11 de dezembro de 1933:

ACI:

- Nº 24.532 — Lincoln Pereira de Souza.
- Nº 24.536 — Wilson da Silva Gomes.
- Nº 24.537 — Leopoldo Nery da Fonseca Júnior.
- Nº 24.550 — Wilson da Silva Gomes.
- Nº 24.554 — Demolidora Mundial Limitada.
- Nº 24.557 — Samuel Feigenbaum.
- Nº 24.561 — Lincoln Pereira de Souza.

d) Por infração do artigo 8º do Decreto nº 23.569 de 11.12.33, combinado com o artigo 4º da Resolução número 141 de 23.6.64, do Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura:

- ACI: nº 24.532 — Lincoln Pereira de Souza.
- Nº 24.564 — Carlos Cavalcanti de Albuquerque Silveira.

e) Por infração do artigo 8º do Decreto nº 23.569 de 11.12.33, combinado com o artigo 4º da Resolução número 141 de 23.6.64, do Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura:

- ACI: nº 24.569 — Moacyr Alves.
- Nº 24.561 — Lincoln Pereira de Souza.

f) Por infração do artigo 8º do Decreto nº 23.569 de 11.12.33:

- ACI: nº 24.563 — Santa Cruz Alvenaria Ltda.
- Nº 24.538 — Franklin de Souza Ribeiro.
- Nº 24.539 — Pedro de Freitas Regazzi.
- Nº 24.540 — Armando Leite Ferreira.
- Nº 24.541 — José Pedro Maksoud.
- Nº 24.542 — Fábio Rudge Maia.
- Nº 24.545 — José Chaves Teixeira.

Nº 24.546 — José Cruz.

Nº 24.555 — Cia. de Calçados D. N. B. S. A.

Nº 24.562 — Banco Guanabara Sociedade Anônima.

Nº 24.565 — Walter Fernandes & Cia. Ltda.

Nº 24.571 — Ana de Castro Rabello.

Nº 24.572 — Leão da América Sociedade Anônima — Comércio e Indústria.

Nº 24.573 — Francisco Daniel Monteiro Villela.

Nº 24.574 — Antônio Condado Gomes.

Nº 24.575 — Julia da Fonseca Cardoso.

Nº 24.576 — Condomínio do Edifício Rio Ipanema.

Nº 24.577 — Carlos de Cia Correia.

Nº 24.578 — Condomínio do Edifício Aegos Conde de Bonfim.

Nº 24.579 — Banco de Crédito Real de Minas Gerais.

Nº 24.580 — Antônio Sanches Galdeano.

Nº 24.581 — Walter Baptista Iriarte.

Nº 24.582 — Joaquim Vivas Caravellas.

Nº 24.583 — Big Indústrias de Bicicletas S. A.

Nº 24.584 — Imobiliária Irapuam Sociedade Anônima.

Nº 24.585 — Companhia Internacional de Seguros.

Nº 24.586 — Condomínio do Edifício Nobre de Bragança.

Nº 24.587 — Rubem Chaves.

Nº 24.588 — Américo Pereira dos Reis.

Nº 24.589 — Banco Nobre de Minas Gerais S. A.

Nº 24.590 — Samuel Gandelmann.

Nº 24.591 — Darcy Coelho França.

Nº 24.592 — Edificadora São João Limitada.

Nº 24.593 — Milton Mendonça Siqueira.

Nº 24.594 — Condomínio do Edifício Quatrocentão.

Nº 24.595 — Casas do Charque.

Nº 24.596 — Condomínio do Edifício Kltov.

Nº 24.597 — Mário Cardoso.

Nº 24.598 — Banco Boa Vista Sociedade Anônima.

Nº 24.599 — Francisco de Castro Cerut.

Nº 24.600 — Antônio Queiroz.

Nº 24.551 — Confeitaria Cometa.

e) Por infração do artigo 8º e 17 (44º) do Decreto nº 23.569 de 11 de dezembro de 1933:

ACI: nº 24.563 — Santa Cruz Alvenaria Ltda.

f) Por infração do artigo 8º do Decreto nº 23.569 de 11.12.33.

ACI: nº 24.559 — Café e Bar Tirsenze.

Ficam os Senhores interessados intimados a, dentro do prazo de trinta (30) dias, a contar da presente publicação, satisfazer o pagamento das multas constantes dos citados Autos, ou apresentar a Defesa que tiverem, dentro do prazo, sob pena de serem julgados à revelia.

— *Helio Lengruher Netto Machado*,  
Diretor da Divisão dos Serviços Gerais.

# ARQUIVOS DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES,

Repositório de doutrina, decisões administrativas, pareceres, acórdãos dos tribunais judiciais, legislação, acompanhado de índices analítico e alfabético. Publicação trimestral.

Preço: Cr\$ 300

## A VENDA

Seção de Vendas: Av. Rodrigues Alves, 11  
Agência I: Ministério da Fazenda

Atende-se a pedidos pelo Serviço de Reembolso Postal

PREÇO DESTA VENDA Cr\$ 50